

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA BACHARELADO EM CIÊNCIAS  
ECONÔMICAS**

**JADSON DOUGLAS DA CRUZ AQUINO**

**INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DO  
NORDESTE ENTRE 2019.1 – 2023.2**

RECIFE-PE

2024

**JADSON DOUGLAS DA CRUZ AQUINO**

**INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DO  
NORDESTE ENTRE 2019.1 – 2023.2**

Trabalho de conclusão de curso pelo aluno **JADSON DOUGLAS DA CRUZ AQUINO** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob orientação do Prof. Dra. **ELIANE APARECIDA PEREIRA DE ABREU**.

RECIFE-PE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A657i Aquino, Jadson Douglas da Cruz  
Indicadores do mercado de trabalho do Brasil e do Nordeste entre 2019.1 – 2023.2 / Jadson Douglas da Cruz Aquino. - 2024.  
56 f. : il.

Orientadora: Eliane Aparecida Pereira de Abreu.  
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2024.

1. Desemprego. 2. Mercado de trabalho. 3. Pandemia. 4. Nordeste. 5. Desigualdade. I. Abreu, Eliane Aparecida Pereira de, orient. II. Título

CDD 330

---

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

**INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DO NORDESTE  
ENTRE 2019.1 – 2023.2**

**JADSON DOUGLAS DA CRUZ AQUINO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota \_\_\_\_ apresentado em \_\_/\_\_/\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Aparecida Pereira de Abreu

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina Pereira de Oliveira

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Amazonas Soares

Universidade Federal 'Rural de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Quero começar expressando minha profunda gratidão a Deus por ter me ajudado e ter me dado forças para poder conciliar meu trabalho com a faculdade.

Agradeço também às pessoas essenciais que estiveram ao meu lado ao longo da jornada. Primeiramente, minha mãe, que sempre esteve lá para me incentivar e apoiar. Também gostaria de agradecer ao meu pai que sempre ajudou.

Não posso deixar de mencionar minha namorada, cujo apoio foi fundamental para que eu pudesse concluir meu TCC no último ano, compreendendo minha dedicação ao trabalho.

Agradeço a minha orientadora Eliane, por ter disponibilizado tempo e ter sido paciente em toda minha orientação. Aos meus professores que contribuíram para minha formação.

## RESUMO

Em 2019, os indicadores do mercado de trabalho nordestino revelavam disparidade em relação ao Brasil, segundo (Aquino; Nascimento, 2020) apesar da Região Nordeste representar apenas 23,5% da População Economicamente Ativa (PEA); esta Região abrigava 40% dos trabalhadores subocupados e aproximadamente 61% dos desempregados do país. No início de 2020, medidas restritivas foram impostas no país em decorrência da pandemia de Covid-19; tais medidas geraram transformações no mercado de trabalho no Brasil e no Nordeste. Como no período anterior à pandemia a Região Nordeste detinha indicadores de mercado de trabalho piores, em relação à economia brasileira e a pandemia impactou a dinâmica do mercado de trabalho em todas as regiões, este estudo se propõe a verificar os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre os indicadores de mercado de trabalho do Nordeste em comparação com o Brasil. A metodologia inicia-se com uma revisão bibliográfica sobre a história do desenvolvimento econômico do Nordeste, proporcionando uma compreensão de como isso influenciou o mercado de trabalho regional. Em um segundo momento, realiza-se uma análise exploratória e descritiva, utilizando dados da PNAD Contínua do IBGE, abrangendo o período do primeiro trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2023. Os resultados indicam que o mercado de trabalho no Nordeste foi mais afetado pelo choque inicial resultante da pandemia em comparação com a média nacional.

Palavras-chave: (Desemprego, Mercado de trabalho, Pandemia, Nordeste, Desigualdade).

## **ABSTRACT**

In 2019, northeastern labor market indicators revealed a disparity in relation to Brazil, according to (Aquino; Nascimento, 2020) despite the Northeast Region representing only 23.5% of the Economically Active Population (EAP); This region was home to 40% of underemployed workers and approximately 61% of the unemployed in the country. At the beginning of 2020, restrictive measures were imposed in the country as a result of the Covid-19 pandemic; Such measures generated transformations in the job market in Brazil and the Northeast. As in the period before the pandemic, the Northeast Region had worse labor market indicators in relation to the Brazilian economy and the pandemic impacted the dynamics of the labor market in all regions, this study aims to verify the effects of the Covid pandemic- 19 on labor market indicators in the Northeast compared to Brazil. The methodology begins with a bibliographic review on the history of economic development in the Northeast, providing an understanding of how this influenced the regional job market. Secondly, an exploratory and descriptive analysis is carried out, using data from IBGE's Continuous PNAD, covering the period from the first quarter of 2019 to the second quarter of 2023. The results indicate that the job market in the Northeast was most affected due to the initial shock resulting from the pandemic compared to the national average.

**Keywords:** (Unemployment, Job market, Pandemic, Northeast, Inequality)

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) e Índice de Atividade Econômica do Nordeste regional do Nordeste (IBCR-Ne), dados dessazonalizados e encadeados em 2010 (Base 100). .....	29
<b>Gráfico 2</b> – Distribuição percentual da População em Idade Ativa (PIA), por nível de Instrução (%) – Grande Regiões. ....	30
<b>Gráfico 3</b> - Taxa de participação e Variação Interanual da Força de Trabalho (%) - Brasil .....	32
<b>Gráfico 4</b> - Taxa de participação e Variação Interanual da Força de Trabalho (%) - Nordeste .....	33
<b>Gráfico 5</b> - Nível da ocupação e Variação Interanual dos desocupados e da População Fora da Força de Trabalho (%) – Brasil.....	33
<b>Gráfico 6</b> - Nível da ocupação e Variação Interanual dos desocupados e da População Fora da Força de Trabalho (%) – Nordeste.....	34
<b>Gráfico 7</b> – Ocupados por vínculo empregatício, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Brasil.....	36
<b>Gráfico 8</b> – Ocupados por vínculo empregatício, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Brasil.....	36
<b>Gráfico 9</b> - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – Brasil e Nordeste .....	38
<b>Gráfico 10</b> - Desocupados, subocupado por Insuficiência de Horas e Força de trabalho potencial, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Brasil .....	39
<b>Gráfico 11</b> - Desocupados, subocupado por Insuficiência de Horas e Força de trabalho potencial, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Nordeste. ....	40
<b>Gráfico 12</b> - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%) – Brasil e Nordeste .....	41
<b>Gráfico 13</b> - Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial (%) – Brasil e Nordeste .....	41
<b>Gráfico 14</b> - Taxa composta da subutilização da força de trabalho (%) – Brasil e Nordeste .....	42
<b>Gráfico 15</b> - Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho ou desalentada (%) – Brasil e Nordeste .....	43
<b>Gráfico 16</b> - Taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%) – Brasil e Nordeste .....	44
<b>Gráfico 17</b> – Rendimento habitual médio real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas (R\$) – Brasil e Nordeste.....	45

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
1.2 Objetivos gerais e específicos.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	12
2.1 Um breve panorama histórico .....	12
2.2 Uma Análise do Período mais recente.....	17
3. METODOLOGIA.....	22
3.1 Atividade Econômica e Capital Humano .....	22
3.2 Indicadores do mercado de trabalho.....	23
4. RESULTADOS .....	28
4.1 Desempenho econômico e do capital humano: Região Nordeste e Brasil.....	28
4.2 Taxa de Participação, Nível de Ocupação: Brasil e Nordeste.....	31
4.3 Evolução da Subutilização da Força de Trabalho e Desalento: Brasil versus Nordeste .....	37
4.4 Informalidade e rendimento habitual médio real do Brasil e do Nordeste .....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
6. REFERÊNCIAS.....	50

## 1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro e nordestino na primeira década do século XXI vivenciou um período de otimismo, reflexo do desempenho econômico. As perspectivas positivas foram impulsionadas por diversos fatores, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento do consumo interno e investimentos em infraestrutura. Essas condições econômicas favoráveis criaram um ambiente propício para a geração de empregos e a melhoria das condições de trabalho em várias regiões do país, incluindo o Nordeste.

De acordo com Guimarães Neto (2014), durante o período de 2000 a 2010, a taxa média de crescimento do Nordeste foi superior à do Brasil, registrando 4,0% e 3,6%, respectivamente. Esse crescimento econômico foi impulsionado pela valorização das *commodities*, estabilização dos preços, retomada dos investimentos, ampliação do crédito e pelas políticas de aumento do salário-mínimo e de renda.

No entanto, a crise econômica global de 2008 afetou a economia brasileira, interrompendo seu ciclo de crescimento em 2009. O governo brasileiro adotou medidas contracíclicas que reverteram a queda do PIB de -0,3% em 2009 e impulsionaram um crescimento de 7,5% em 2010. Embora as medidas tenham contribuído para a manutenção do PIB em um primeiro momento, a partir de 2012, a economia brasileira começou a desacelerar, culminando em uma recessão em 2015. A redução nos preços das *commodities* e a desaceleração da demanda chinesa influenciaram na perda do dinamismo econômico (Perondi, 2018).

Segundo Carvalho (2016), no primeiro trimestre de 2016, o mercado de trabalho brasileiro enfrentou um cenário de rápida deterioração, caracterizado por uma taxa de desemprego de 11,2%, 3,2 pontos percentuais, superior em relação ao primeiro trimestre de 2015. Durante esse período, houve uma queda significativa na ocupação com carteira assinada, bem como uma deterioração notável no nível de ocupação entre os empregados sem carteira assinada.

Em 2019, os indicadores do mercado de trabalho revelavam uma disparidade significativa entre o Nordeste e o restante do Brasil. Apesar de representar apenas 23,5% da População Economicamente Ativa (PEA), a região abrigava, em termos proporcionais, cerca de 40,0% de trabalhadores subocupados. Além disso, aproximadamente 61,0% dos desempregados e aproximadamente metade da força potencial nacional estavam concentrados no Nordeste. Esses números ressaltam um

cenário caracterizado por altas taxas de desocupação, subocupação e desalento no mercado de trabalho nordestino antes da pandemia. (Aquino; Nascimento, 2020).

A pandemia de Covid-19 apresentou desafios significativos no Brasil, principalmente devido à escassez inicial de vacinas e medicamentos. A rápida propagação do vírus, combinada com a ausência de tratamentos específicos, fez com que estados e municípios adotassem medidas restritivas para conter a disseminação da doença e proteger o Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, as medidas de contenção iniciadas em março de 2020, tornaram-se progressivamente mais restritivas. Inicialmente, a recomendação era evitar aglomerações, porém rapidamente essa orientação evoluiu para a recomendação de permanecerem em casa (IPEA 2020). As medidas restritivas, por sua vez, impactam no nível de atividade da economia, gerando reflexo no mercado de trabalho já afetado pela crise anterior.

Considerando que no período anterior à pandemia, a região Nordeste detinha indicadores de mercado de trabalho piores, em relação à economia brasileira, bem como que a pandemia impactou na dinâmica do mercado de trabalho em todas as regiões; este estudo se propõe a responder ao seguinte questionamento: quais foram os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre os indicadores de mercado de trabalho do Nordeste em comparação com o Brasil?

## **1.2 Objetivos gerais e específicos**

### *1.2.1 Objetivo Geral:*

- Analisar os indicadores do mercado de trabalho no Nordeste em comparação com o Brasil durante e pós-pandemia da COVID-19.

### *1.2.2 Objetivos específicos:*

- Contextualização histórica do desenvolvimento econômico do Nordeste.
- Investigar as variações na taxa de participação e no nível de ocupação entre o Brasil e o Nordeste.
- Investigar e comparar os indicadores de subutilização da força de trabalho e do desalento do Brasil e do Nordeste.

- Analisar os indicadores de rendimento entre as regiões Nordeste e Brasileira.

Para atingir os objetivos delineados, o estudo será realizado em quatro etapas. A primeira contará com uma revisão bibliográfica, que se propõe a realizar uma contextualização histórica embasada em publicações acadêmicas e livros relevantes para a fundamentação do conhecimento. Adicionalmente, será apresentado um capítulo dedicado à metodologia de pesquisa, detalhando a abordagem adotada e elucidando o método pelo qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula os indicadores do mercado de trabalho. Os resultados emergirão da análise comparativa das informações coletadas, oferecendo uma visão abrangente dos indicadores do Nordeste em relação ao Brasil. Essa abordagem incluirá uma análise da região em comparação com a média nacional, com o objetivo específico de identificar e compreender a influência da Covid-19 durante o período de análise. As conclusões, por sua vez, sintetizarão os aspectos finais decorrentes dos resultados obtidos na pesquisa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A demanda por mão de obra é classificada como demanda derivada porque ela reflete o que ocorre no mercado de bens e serviços, logo, o nível de produção e o ritmo de crescimento de uma economia tendem a gerar reflexos no mercado de trabalho. Considerando esta interligação, neste momento, será apresentada uma síntese da evolução do setor produtivo nordestino em relação ao comportamento da Economia Brasileira.

A análise da evolução histórica da Economia Brasileira revela que até 1950 a dinâmica da economia nacional era ditada, a cada período, por um produto básico para exportação. Dentre os principais ciclos, podem ser elencados: Ciclo do Pau-Brasil (século XVI), Ciclo do Açúcar (séculos XVI a XVIII), Ciclo do Ouro (séculos XVIII a XIX), Ciclo do Café (séculos XIX e XX).

O Nordeste assume um protagonismo na economia nacional durante o Ciclo do açúcar, entretanto, como ciclos econômicos que precederam o ciclo do açúcar no Brasil, a incapacidade de avanço de outras atividades produtivas, levou a Economia Nordestina a estagnação econômica com a queda nas vendas do açúcar no mercado internacional.

### **2.1 Um breve panorama histórico**

Historicamente, a região Nordeste foi uma das primeiras a ser demograficamente ocupada no país, tendo a cana-de-açúcar, o algodão e a pecuária como elementos fundamentais para a formação da economia no período colonial (Carvalho, 2008).

A atividade açucareira foi o principal motor econômico da região até meados do século XVIII. Isso se deve, em grande parte, à qualidade do solo do litoral nordestino, que aliada ao regime de chuvas favorável, proporcionava condições ideais para o desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar. Além disso, a proximidade do Nordeste com os centros importadores europeus facilitava o comércio, tornando a região o protagonista das principais atividades econômicas do Brasil colonial. Enquanto, o Sul do país permanecia periférico e menos urbanizado (Fausto, 2006).

Embora relevante, a atividade produtiva apresentava algumas características que dificultavam o desenvolvimento regional e a promoção de um mercado consumidor interno. Dentre os fatores que dificultaram o desenvolvimento de um mercado interno na Região Nordeste podem ser elencados: a mão de obra escrava, a alta concentração de terra e renda, aliada à rentabilidade que o açúcar proporcionava aos senhores de engenho, dificultava a diversificação da atividade econômica exportadora, ficando mais vulneráveis aos choques externos.

A alta concentração de renda e a ausência de pagamento de salários aos escravos implicavam na falta de uma renda disponível para consumo, reduzindo assim a demanda de produtos e serviços locais, o que limitava a expansão do mercado interno. Além deste fator, a rentabilidade proporcionada pelo açúcar desincentivava a diversificação econômica, tornando a região ainda mais vulnerável às flutuações nos preços do açúcar no mercado internacional.

Segundo Furtado (2007), na segunda metade do XVII a rentabilidade do açúcar estaria ameaçada pela forte concorrência antilhana, o preço reduziu pela metade. Embora a rentabilidade da produção de açúcar tenha reduzido catastróficamente, ainda se mostrava uma condição lucrativa, pois os custos associados à produção eram relativamente baixo.

Ainda, segundo Furtado (2007), no século XVIII a queda do preço do açúcar ainda persistia, porém, o custo da mão de obra escrava havia aumentado em virtude da expansão da produção do ouro na economia mineira. O sistema produtivo de cana-de-açúcar passaria uma letargia secular em virtude da sua baixa rentabilidade.

O desaquecimento da economia açucareira, por sua vez, prejudicou o desenvolvimento da pecuária local, que dependia dos rendimentos auferidos do açúcar. Os pecuaristas nordestinos viam seu mercado definhando, enquanto a produção sulina se valorizava em virtude da descoberta do ouro em Minas Gerais. Esta configuração econômica fez com que os pecuaristas nordestinos se deslocassem em busca de atender o mercado mineiro. Portanto, o nordeste brasileiro sofria um processo de involução econômica, transformando-se em uma economia de subsistência (Furtado, 2007).

No início do século XIX, o café passa a ser o principal elemento de exportação brasileiro, seguindo uma trajetória de ascensão. Enquanto o mercado de açúcar no Nordeste se tornava menos promissor, seu principal consumidor, a Europa, passava a produzir o açúcar da beterraba. Além das conjecturas econômicas externas, é

necessário ressaltar que a economia cafeeira sobressaía em termos de organização comercial quando comparada ao do Nordeste. Os produtores nessa região não apenas tinham uma experiência comercial, mas também se uniam em cooperação, visando a proteção de seus próprios interesses. Além disso, a região beneficiava-se de uma maior disponibilidade de capital humano, resultante da significativa imigração dos europeus. Embora inicialmente a mão de obra fosse predominantemente escrava, ela posteriormente evoluiu para um sistema de trabalho assalariado (Furtado, 2007). As perspectivas favoráveis no setor externo, com uma melhor organização comercial, promoveram um deslocamento do eixo dinâmico da economia nacional para a região sudeste.

No entanto, o mercado internacional do café passaria por uma crise. A produção de café continuava a se expandir, resultando em uma maior oferta, enquanto o principal comprador do café brasileiro, os EUA, reduziu sua demanda em virtude da crise de 1929. Segundo Carvalho (2018, p.25):

[...] a crise de 1929 estimula a diversificação da agricultura paulista com a produção da cana-de-açúcar e do algodão, deixando São Paulo de fazer as importações regionais, passando a disputar nacionalmente com o Nordeste o espaço dos seus dois principais produtos. É nesta fase que fica mais claro o distanciamento entre o Sudeste, comandado pelo dinâmico processo de industrialização, e o Nordeste estagnado, preso a uma estrutura antiga de setores exportadores, sobretudo açúcar e algodão, sem capacidade de dinamizar outras atividades produtivas.

A indústria no Sudeste começou a assumir uma posição de destaque no cenário nacional em 1930, utilizando-se da infraestrutura econômica do café e de uma política nacional que incentivava seu desenvolvimento. No entanto, este período marca a ampliação das desigualdades regionais. Segundo Barros (2011), a política nacional impôs barreiras na importação de bens de consumo Nordestino, forçando a região a comprar na indústria nacional. Este movimento comercial impulsionou o desenvolvimento do Sudeste, que se capitalizava e investia em bens de capital, fomentando sua indústria nascente. Além de uma deterioração dos termos de troca, o Nordeste comprava bens do Sudeste, a um custo elevado quando comparados com o mercado internacional.

[...] o atraso relativo do Nordeste não podia ser entendido apenas em função da menor quantidade disponível de terras aráveis, das secas periódicas que assolavam a região, da concentração de renda ou mesmo da economia de subsistência que absorvia um grande contingente populacional no semiárido. As disparidades no ritmo de crescimento do Nordeste, comparadas às áreas industriais, explicavam-se, em larga medida, pela dinâmica da “própria

política de desenvolvimento” do país, ou seja, pelos mecanismos cambiais e pelos subsídios que favoreciam as indústrias do Centro-sul, em detrimento da economia nordestina (Vieira 2019, p 216, 217).

O Nordeste se encontrava em um estado de desagregação econômica, a região contava com secas periódicas no semiárido, sua agricultura encontrava-se estagnada, a alimentação de sua população dependia das exportações do centro sul. A região precisava de uma ação governamental, que priorizasse a produção de alimentos (em uma região monopolizada pela cana-de-açúcar) e criar bases para uma industrialização, esta seria a única forma de absorver a mão de obra subempregada (Furtado, 1989).

A partir de 1940, a região contaria com as primeiras instituições federais, concentradas na resolução de alguns problemas estruturais. Siffert Filho *et. al* (2014), destaca as principais instituições federais criadas para promoção do desenvolvimento regional:

Nos anos 1940, a região passou a contar com instituições federais dedicadas ao enfrentamento dos principais desafios a seu desenvolvimento, como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), focalizando notadamente a questão hídrica. Em 1952, foi criado o Banco do Nordeste (BNB), com atuação mais ampla na esfera do financiamento, e, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), especificamente para planejar o desenvolvimento da região, como resultado dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), estruturado pelo Presidente da República e capitaneado por Celso Furtado no BNDE, à época, seu diretor.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)<sup>1</sup> elaborou um relatório em 1959, destacando os principais problemas do Nordeste, a seca que assolava o semiárido, as disparidades de renda entre a região centro-sul e nordeste. Esse relatório foi fundamental para a SUDENE ajudar a região a fortalecer-se contra a seca e implantar um conjunto de medidas para promoção do aumento da renda e produção. “Segundo o estudo, em 1948 a renda do Nordeste era equivalente a 15,49% da renda total no Brasil e, em 1956, correspondia a 13,35%. Já na região Centro-Sul, em 1948, correspondia a 81,01% da renda total do País e, em 1956, a 83,38%” Carvalho (2001, p.39).

---

<sup>1</sup> O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), foi criado com o objetivo de propor medidas para impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região nordestina. Em 1959, o relatório intitulado "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste", apresentou um diagnóstico detalhado dos desafios enfrentados pela região e delineou estratégias para superá-los. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>>.

O projeto, elaborado pelo GTDN, previa a implementação de quatro grupos industriais. O primeiro grupo seria a indústria siderúrgica de transformação de ferro e aço e mecânicas de maneira embrionária. A segunda indústria seria a de mecânica simples, que usa produtos das fábricas para fazer máquinas agrícolas e móveis de metal, que já são populares na região. A terceira categoria consiste em indústrias que se utilizam das matérias-primas locais como cimento, adubos, fosfatados, rutilo, magnésia, gipsita e sisal. A quarta indústria seria uma empresa que empregaria mão de obra de baixo custo para produzir artigos como o tecido de algodão. (GTDN, 1959).

Porém, todo processo de industrialização passava por incentivos fiscais e expansão de crédito como uma forma de minimizar os efeitos dos mecanismos cambiais que atravancam o desenvolvimento da região. Portanto, a SUDENE “introduziu-se uma série de emendas no I Plano Diretor, com o propósito de tornar o Nordeste atraente para os investidores industriais, especialmente os da região sulina” (Vieira, 2019, p. 268).

O Plano Diretor I foi um programa do governo brasileiro lançado em 1961 para promover o desenvolvimento regional do Nordeste a partir dos estudos da SUDENE. Este plano buscava reestruturar a economia rural que estava produzindo poucos alimentos em virtude da concentração de terras no semiárido, a criação de uma infraestrutura hídrica e elétrica que ajudaria a indústria nascente, está por sua vez teria a capacidade de empregar uma massa de trabalhadores (Furtado, 1989). Furtado acreditava que a qualificação da mão de obra seria guiada pela demanda do setor produtivo. Dessa forma, os investimentos em formação e qualificação profissional não seriam prioridades na estratégia de desenvolvimento regional (Barros, 2011).

A SUDENE passou a dar atenção ao fator desenvolvimento humano a partir do Plano Diretor II em 1963, pois a mão de obra Nordestina não era capacitada para operar na indústria, e a ausência de instrução retardaria o processo de industrialização. No entanto, a política voltada ao desenvolvimento educacional ela foi impactada em virtude do golpe de 1964, a SUDENE foi rebaixada, passando de autarquia para uma agência confiada ao Ministério do interior (MINTER), reduzido sua ação na economia nordestina durante os governos militares (Gumiero, 2014).

Anteriormente, a SUDENE tinha uma abordagem desenvolvimentista e reformista, com foco na redução das desigualdades regionais e no estímulo a um crescimento nacional mais equilibrado. No entanto, após o golpe, as políticas de

desenvolvimento regional abandonaram sua dimensão social em prol de estratégias voltadas para a integração do mercado nacional (Cavalcante e Feitosa, 2019).

## **2.2 Uma Análise do Período mais recente**

Segundo Souza (1997), em 1964 ocorreu uma mudança no planejamento regional, marcada pela centralização da política econômica. Os órgãos regionais de planejamento foram reconfigurados como entidades consultivas, incumbidas de identificar problemas e propor soluções, a serem ou não aceitas pelos órgãos centrais. Após essa aprovação, cabia aos órgãos regionais a execução das diretrizes estabelecidas. Essa nova dinâmica resultou em uma redução do poder de atuação da SUDENE.

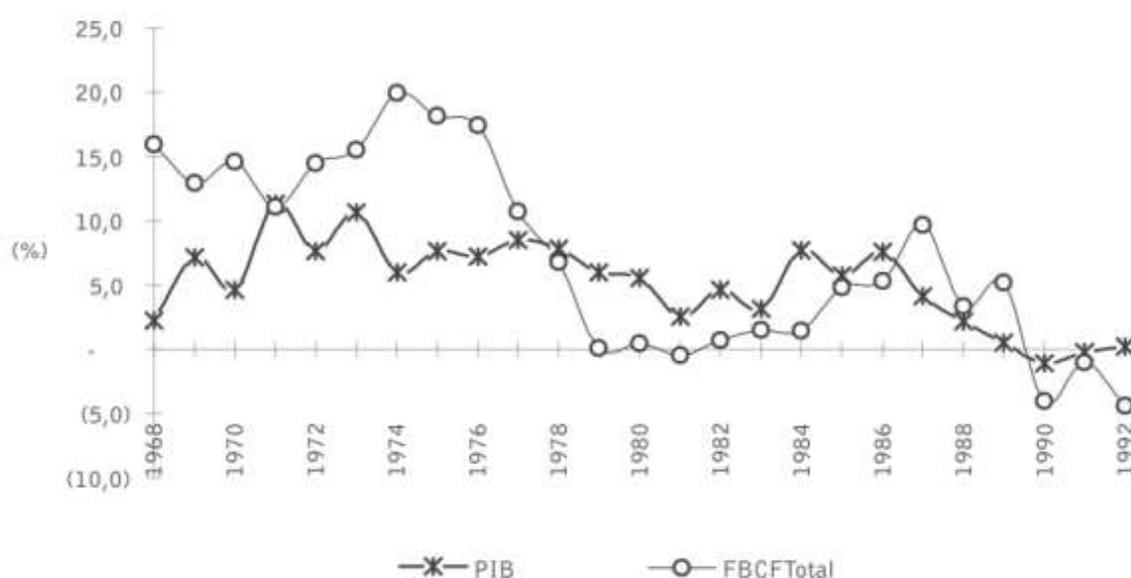
Por consequência, parte de recursos foi retirada da esfera da SUDENE para aumentar a concentração de recursos na União. Isso resultou na perda, pela SUDENE, da prerrogativa de elaborar e aprovar os Planos Diretores através da legislação federal. A partir de 1972, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) passou a incluir seções que substituíam os Planos Diretores (Silva, 1994)

O PND, implementado entre os anos de 1972 e 1979, tinha como objetivo principal transformar o Brasil em uma nação desenvolvida. Para alcançar essa meta, o plano visava o aumento da renda per capita e a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), além de investir em setores estratégicos como siderurgia, agricultura, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica e mineração. Também priorizava questões sociais, como saúde, educação e saneamento básico. O PND incentivou a poupança interna por meio dos recursos do PIS (Programa de Integração Social) e do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), reconhecendo a importância da pesquisa técnico-científica para o desenvolvimento do país (Matos, 2002).

Para Silva (1994), muitos programas que foram adotados, tiveram suas ações comprometidas devido à falta de recursos, resultando na redefinição de prioridades como, por exemplo, programas assistencialistas destinados às regiões mais pobres, como o Nordeste, não podiam ser mantidos sem a acumulação de recursos provenientes do núcleo econômico mais dinâmico. Nesse contexto, os programas das regiões periféricas foram prejudicados, uma vez que o Estado tendia a priorizar o

Sudeste, onde se concentrava a maioria das empresas capazes de impulsionar mudanças significativas na economia nacional.

A falta de recursos e a redefinição das prioridades promoveram uma desaceleração da economia nordestina. A figura 1 detalha a trajetória do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), constatando uma desaceleração do ritmo de crescimento da região nordestina entre os anos de 1976 – 1980.



**Figura 1** – Nordeste: evolução das taxas de crescimento do produto e dos investimentos – 1968-92 (médias quinquenais)

**Fonte:** Guimarães Neto (2004, p.157), usando dados da Sudene. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep\\_67.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_67.pdf) Acesso em 16 out. 2023.

Segundo Guimarães Neto (2014), na década de 1960, o produto interno bruto registrava 4,4%. Na virada da década de 1970 para a década de 1980, o nordeste passaria por uma desaceleração econômica em virtude da crise fiscal e financeira brasileira. Em 1970, a taxa média de crescimento anual registrava 9,4% e, com a crise, decaiu para 4,3%. E entre os anos de 1990-2000, alcançou aproximadamente 2,6%. Esta desaceleração do crescimento econômico impactou as condições de vida da população e do mercado de trabalho da região. Na década de 1990, o mercado de trabalho Nordestino apresentava um crescimento nos níveis de desemprego aberto, um processo de precarização e informatização nas relações de trabalho. Esta configuração, por sua vez, promoveu um declínio na renda média do trabalho na região.

Em 1995, a PNAD continua mostrou que 44% das ocupações do sudeste não contribuem para a previdência social, no Nordeste esta situação se torna ainda mais alarmante com 75,80%. Com relação aos empregados com carteira, o Sudeste apresentava 40%, enquanto o Nordeste 15,6%. (Araújo; Souza; Lima; 1997).

Na primeira década do século XXI verificam-se algumas transformações na economia brasileira, a crescente demanda das commodities proporciona um forte crescimento do PIB, promovendo uma ampliação nas políticas de renda. Além das conjecturas externas, a economia brasileira apresentava um controle inflacionário que ajudou a expansão do consumo. Entre 2004 e 2010, o Brasil registou uma média de crescimento de 4,3% ao ano, enquanto a economia nordestina apresentava 4,7%. O crescimento econômico, por sua vez, promoveu uma expansão do mercado de trabalho, com um avanço no nível de emprego dos empregos formais e um aumento significativo do rendimento do trabalho. No entanto, apesar dos avanços na região nordestina, as ocupações ainda apresentam uma alta taxa de informalidade e um menor nível de instrução quando comparado à média nacional (Guimarães Neto, 2014).

Segundo Trovão, Araújo e Montenegro (2019), as exportações proporcionaram uma expansão no consumo interno, este por sua vez foi reflexo das políticas de expansão do crédito e da renda. Além das políticas econômicas, temos os programas sociais, como o Bolsa Família, e a consolidação do benefício de prestação continuada e da previdência social.

A criação do programa Bolsa Família e a ampliação dos programas sociais – como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as aposentadorias – permitiram maior focalização das políticas públicas nas camadas mais pobres da população, com efeitos significativos na redução da pobreza rural e urbana em todo o país e, de forma particular, na região Nordeste, onde os indicadores da pobreza são mais perversos (Nunes; Mariano, 2015, p. 73).

Destaca-se no período de 2007 a 2011, a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo propósito incluía a redução do déficit habitacional, a ampliação do acesso a serviços básicos (água e eletricidade), o desenvolvimento e aprimoramento de vias logísticas (hidroviárias, rodoviárias e ferroviárias), o fortalecimento dos serviços essenciais em áreas periféricas, o incremento da exploração de reservas de Pré-Sal e a garantia do fornecimento de energia limpa e renovável (Santiago, 2015).

No entanto, a crise mundial de 2008 impactou significativamente as atividades econômicas. O governo brasileiro conseguiu suportar em um primeiro momento adotando uma política heterodoxa, aumentando os gastos do governo, estimulando o consumo e o investimento como forma de mitigar os efeitos da recessão. O governo esperava que a política promovesse o crescimento econômico a ponto de financiar essa expansão da economia nacional. No entanto, não funcionou da maneira esperada, em 2014 a economia apresentou uma estagnação em seu crescimento e em 2015 recessão. O cenário econômico nacional impactou no ganho social das políticas construídas na primeira década do século XXI, uma vez que parte da renda do país estaria fadada a financiar os gastos públicos. (Almeida Jr, Lisboa e Pessoa, 2015).

Em 2017 e 2019, o país passava por uma recuperação lenta e gradual da recessão entre os anos de 2014 e 2016, no entanto, a economia passaria novamente por um momento difícil em virtude da Covid-19 que se instalaria em 2020. Com a instalação da crise sanitária, a inexistência de vacina e medicamentos eficazes, além do sistema de saúde sobrecarregado, medidas sanitárias foram tomadas como forma de frear a evolução da pandemia e reduzir a transmissão do vírus como: uso de máscaras faciais, distanciamento social, higienização das mãos, proibição de aglomerações, fechamento de universidades e escolas, conscientização para população permanecer em casa, saindo apenas para busca de assistência à saúde, compra de medicamentos e alimentos, entre outros (Trovão, 2020a; Aquino *et. al.*, 2022).

Segundo Kerr *et. al* (2020), os impactos causados pela pandemia ocorrem de forma mais branda na região Nordeste do Brasil, devido à região possuir o maior grau de desigualdade social e pobreza do país. Ela dispõe de uma população suscetível a uma maior exposição ao vírus da Covid-19 e outras doenças, devido à falta de saneamento básico e água tratada, falta de acesso aos serviços de saúde, transportes públicos sujeitos a aglomerações, desemprego, entre outros fatores.

Essa carência de saneamento básico impacta severamente na capacidade das pessoas adotarem práticas de higiene adequadas, tornando-as mais vulneráveis à infecção pelo vírus. Além disso, a região enfrenta deficiências significativas na infraestrutura de saúde, o que torna ainda mais desafiador para a população acessar os serviços médicos essenciais necessários para diagnóstico, tratamento e prevenção da doença. O cenário é agravado pelo transporte público frequentemente superlotado

e pela alta taxa de desemprego, que expõem os indivíduos a um maior risco de exposição ao vírus e dificultam a implementação eficaz das medidas de distanciamento social. Esses fatores, combinados, resultam em um impacto maior da Covid-19 no Nordeste.

Conforme estimativas baseadas nos dados do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCR), após o pico da Covid-19 em 2020, a região Nordeste apresentou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,0% no biênio 2021-2022. No entanto, esses números ficam abaixo da média nacional, superando apenas a região Norte, que teve um crescimento de 6,1% no mesmo período. Esses dados ressaltam a necessidade de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da economia nordestina, visando à redução das disparidades regionais e à promoção de um desenvolvimento mais equitativo em todo o país (Trece; Considera, 2023).

Ao analisar o processo de desenvolvimento do Nordeste ao longo do tempo, é evidente uma evolução gradual. Desde os primórdios da colonização até os dias atuais, a região enfrentou desafios e adversidades, mas também experimentou momentos de crescimento e transformação. As políticas de desenvolvimento regional, juntamente com os esforços governamentais, têm sido fundamentais para impulsionar a economia e melhorar as condições de vida da população nordestina. Apesar dos avanços observados, é fundamental ressaltar que as desigualdades regionais persistem, observadas também no mercado de trabalho da região, onde se evidenciam disparidades significativas, sobretudo durante períodos de crises econômicas.

O próximo tópico buscará destacar o tipo de pesquisa a ser realizado e a metodologia utilizada pelo IBGE na mensuração dos indicadores do mercado de trabalho.

### 3. METODOLOGIA

Para atender os objetivos apresentados no capítulo introdutório, a metodologia será desenvolvida em dois momentos: o levantamento bibliográfico, que consistirá na análise de livros e artigos científicos para a construção do arcabouço teórico, e a análise de dados secundários.

A pesquisa utilizará de uma abordagem narrativa, descritiva e explicativa do mercado de trabalho do Brasil e do Nordeste, bem como dos indicadores de produção. Para isto, serão utilizados dados disponibilizados pela PNAD Contínua divulgada pelo IBGE e dos indicadores de produção, como o Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) e o Índice de Atividade Econômica da Região Nordeste (IBCR-NE), divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB).

A pesquisa busca analisar os indicadores do mercado de trabalho nordestino e compará-los com os do Brasil no período de 2019.1 a 2023.2, abrangendo os períodos durante a pandemia e pós-pandemia. Na sequência, será realizado o detalhamento do cálculo do índice de atividade econômica pelo Banco Central e como os indicadores do mercado de trabalho são mensurados pelo IBGE.

#### 3.1 Atividade Econômica e Capital Humano

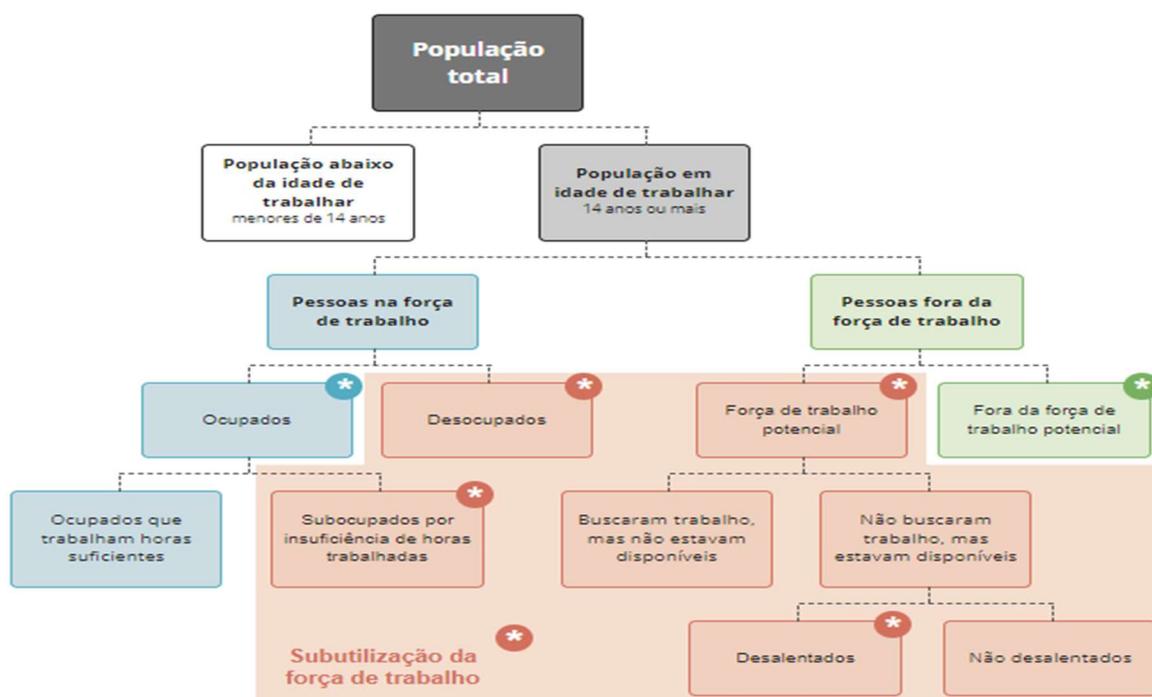
A criação do IBC-Br foi impulsionada pela falta de um indicador agregado de atividade econômica de frequência mensal que possibilitasse uma síntese e avaliação mais frequente do estado da economia, especialmente em contexto de decisões de política monetária (BCB, 2018).

O índice de atividade econômica busca avaliar o desempenho econômico do país ou de uma determinada região. Ele é construído a partir de *proxies* que representam o volume da produção agropecuária, industrial, do setor de serviços e do volume de impostos, sendo essas agregadas com pesos derivados das tabelas de recursos e usos do Sistema de Contas Nacionais fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Na construção do referido índice, são utilizados os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA-IBGE), da Pesquisa Anual de Serviços (PAS-IBGE) e da Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE), utilizadas na sua elaboração (BCB, 2016a).

Como indicador de capital humano, será utilizada a distribuição percentual da População em Idade Ativa (PIA) por nível de instrução. Este indicador categoriza a população em diversos grupos, incluindo aqueles com ensino superior completo, ensino superior incompleto, ensino médio completo, ensino médio incompleto, ensino fundamental completo, ensino fundamental incompleto, e aqueles com menos de 1 ano de estudo. Vale destacar que em todas as categorias um curso equivalente pode ser utilizado na classificação.

### 3.2 Indicadores do mercado de trabalho

Para mensuração dos indicadores do mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD Contínua divulgada pelo IBGE, divide a população total em duas categorias principais: População Fora da Idade de Trabalho (PFIT) e População em Idade de Trabalho (PIT). A categoria PIT abrange pessoas de 14 anos ou mais durante a semana de referência. Dentro da PIT, encontram-se duas subcategorias: Pessoas na Força de Trabalho (PFT) e Pessoas Fora da Força de Trabalho (PFFT). A figura 1, mostra o fluxograma das divisões da população no mercado de trabalho.



**Figura 2** – Fluxograma sobre as divisões do mercado de trabalho

**Fonte:** As divisões do Mercado de trabalho, IBGE, s.d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 16 out. 2023a.

A Força de Trabalho corresponde à soma da população ocupada (PO) e da população desocupada (PD). São aquelas pessoas que possuem alguma ocupação ou que estão em busca de inserção no mercado de trabalho. O IBGE define população ocupada:

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência (IBGE, 2023b, p. 1).

A população ocupada divide-se em dois grupos: o primeiro refere-se aos ocupados que trabalham horas suficientes, e o segundo aos Subocupados por Insuficiência de Horas (SIH). Para IBGE (2021), consideram-se subocupados por insuficiência de horas aquelas com 14 anos ou mais que trabalham habitualmente menos de 40 horas em um único trabalho, ou no conjunto de todos os seus trabalhos, e que gostariam e estariam disponíveis para trabalhar mais horas do que as que habitualmente realizam no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência. O IBGE define população desocupada:

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também são classificadas como desocupadas as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que, no entanto, não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência (IBGE, 2021, p. 3).

“São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.” (IBGE, 2023, p.2). A população fora da força de trabalho é subdividida em dois grupos, sendo o primeiro a Força de Trabalho Potencial e o Fora da Força de Trabalho Potencial.

Segundo o IBGE (2021), a Força de Trabalho Potencial (FTP) reúne as pessoas com 14 anos ou mais que não estavam ocupadas nem desocupadas no período de análise, mas que estavam em condições de trabalhar no período em análise. Este grupo é composto por três subgrupos distintos: primeiro, aqueles que buscaram ativamente por trabalho, mas não estavam disponíveis; segundo, os que não procuraram ativamente por emprego, mas manifestaram o desejo de trabalhar e estavam disponíveis para isso durante a semana de referência; e terceiro, as pessoas desalentadas, que, estando fora da força de trabalho na semana de referência, estavam disponíveis para trabalhar, mas não tomaram medidas para conseguir emprego nos últimos 30 dias devido a diversos fatores, como dificuldades em encontrar emprego adequado, falta de experiência ou qualificação, escassez de oportunidades de trabalho na região onde residem, ou ainda, por serem consideradas muito jovens ou muito idosas para o mercado de trabalho.

A Força de Trabalho Ampliada (FTA) representa uma medida mais abrangente da força de trabalho, uma vez que engloba tanto a Força de Trabalho (FT) quanto a Força de Trabalho Potencial (FTP). Dentre os indicadores apresentados pelo IBGE na PNAD Contínua, a Tabela (1) apresenta os indicadores que serão utilizados neste estudo.

**Tabela 1** – Indicadores Mercado de trabalho.

Indicador	Fórmula	Referências
Taxa de participação	$FT / PIT * 100$	IBGE. Indicadores IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2023: Mai. 2023.
Nível de ocupação	$PO / PIT * 100$	
Taxa de Desocupação	$PD / FT * 100$	IBGE. Indicadores IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil: Mai. 2021.
Taxa combinada da desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas.	$(PD + SHI) / FT * 100$	
Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial	$(PD + FTP) / FTA * 100$	
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	$(PD + SHI + FTP) / FTA * 100$	
Taxa de informalidade	$I / PO * 100$	IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19: novembro 2020. Rio de janeiro, 2020.

Percentual de pessoas desalentadas	$D / FTA * 100$	IBGE. Indicadores IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil: Mai. 2021.
------------------------------------	-----------------	--

**Fonte:** Elaboração própria a partir das informações do IBGE.

Onde:

FT = Força de Trabalho.

PIT = População em Idade de Trabalho.

PO = População Ocupada.

PD = População Desocupada.

SHI = Subocupação por Insuficiência de Horas.

FTP = Força de Trabalho Potencial.

FTA = Força de Trabalho Ampliada.

I = Informais.

D = Desalentados.

A taxa de participação permite, verificar o nível de engajamento da população no mercado de trabalho. O nível de ocupação, por sua vez, possibilita identificar o emprego, uma vez que mensura a proporção da população em idade de trabalho que está empregada no mercado de trabalho formal ou informal, seja em período integral ou parcial, desde que trabalhe ao menos 1 hora por dia.

Os indicadores de Subutilização da Força de Trabalho buscam verificar a capacidade ociosa do mercado de trabalho. Para captar a ociosidade serão utilizadas a taxa de desocupação, taxa combinada da desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial e a taxa composta de subutilização da força de trabalho.

A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho é o melhor indicador no quesito de avaliar a capacidade ociosa, uma vez que leva em consideração não apenas o desemprego, mas também outras formas de subutilização da mão de obra, como a força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas.

Em contrapartida, a taxa de informalidade investigará, em termos percentuais, a parcela da força de trabalho que está fora do mercado formal, ou seja, trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada ou estão em situações de trabalho não regulamentadas.

As pessoas foram classificadas como trabalhadores informais quando eram ocupadas como empregado do setor privado sem carteira; trabalhador doméstico sem carteira; empregador que não contribui para o INSS; trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; ou trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio ou parente (IBGE, 2020, p.8).

O percentual de desalentados permite identificar a parcela da população que está desacreditada com o mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2023), são consideradas desalentados, pessoas fora da força de trabalho, que estariam disponíveis para trabalhar, mas não estão trabalhando e não tomaram providência para conseguir trabalho por fatores como desânimo, falta de qualificação e experiência profissional, faltas de perspectivas no mercado de trabalho onde residem, ou por serem considerados muito jovens, ou muito idoso.

Esses indicadores auxiliam na compreensão do engajamento da população no mercado de trabalho e permitem identificar tendências tanto no mercado de trabalho nordestino quanto no brasileiro. No próximo capítulo serão analisados os resultados desses indicadores, verificando o comportamento do mercado de trabalho e as principais variáveis que influenciaram os indicadores.

## **4. RESULTADOS**

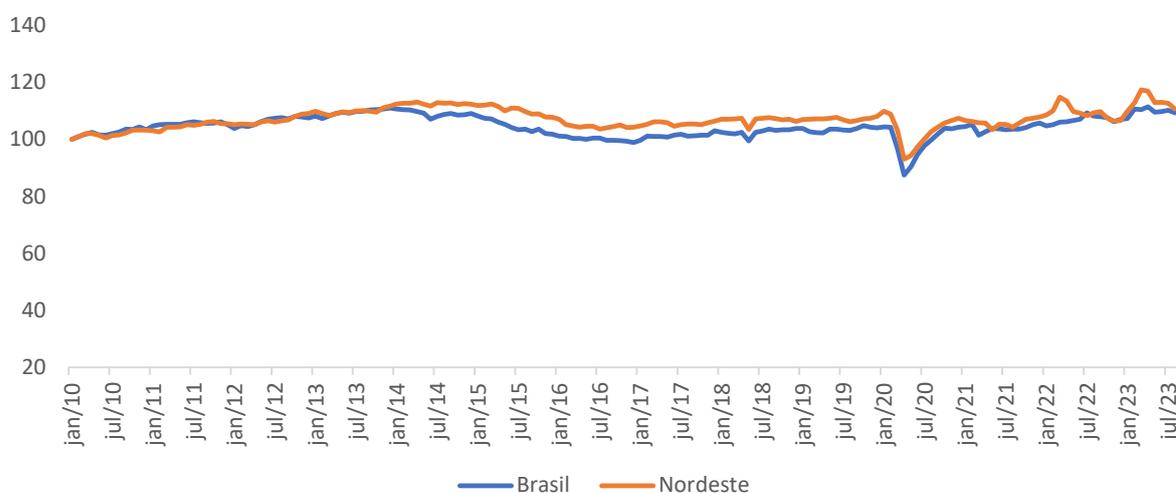
A análise dos resultados será realizada em duas etapas; inicialmente, serão examinados o índice de atividade econômica e o nível de escolaridade da população economicamente ativa e, posteriormente, os indicadores do mercado de trabalho, tanto na região Nordeste quanto no Brasil. Essa abordagem nos permitirá identificar diferenças e semelhanças significativas em termos de emprego, desemprego e outras variáveis, contribuindo para uma compreensão da dinâmica do mercado de trabalho nessas duas regiões.

### **4.1 Desempenho econômico e do capital humano: Região Nordeste e Brasil**

O desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro, conforme destacado no referencial teórico, revela um percurso marcado por momentos de crescimento e desafios. Entre 2004 e 2010, tanto o Brasil quanto a região nordestina experimentaram taxas médias de crescimento econômico significativas, impulsionando a expansão do mercado de trabalho e melhorias no nível de emprego e renda. No entanto, a crise econômica global de 2008 e suas consequências tiveram um impacto negativo na economia brasileira, resultando em estagnação e recessão entre os anos de 2014-2016.

O Gráfico 1, compara as atividades econômicas da região com o restante do Brasil, revela que, em termos de atividade econômica, a dinâmica da Região Nordeste é similar àquela apresentada pela Economia Brasileira. Verifica-se que, a partir de 2014, o índice de atividade econômica do Nordeste superou a média nacional em um cenário de crise. Segundo o Banco Central do Brasil (2016b), esse desempenho da Região Nordeste pode ser atribuído à cadeia produtiva de bens com menor valor agregado na região, juntamente com uma maior participação da administração pública; bem como transferências governamentais para programas sociais.

**Gráfico 1** – Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) e Índice de Atividade Econômica do Nordeste regional do Nordeste (IBCR-Ne), dados dessazonalizados e encadeados em 2010 (Base 100).



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados Banco Central do Brasil (BCB).

Segundo o BCB (2020), durante a pandemia, no ano de 2020, a atividade econômica no Nordeste sofreu impactos significativos, especialmente nos setores de serviços e na indústria relacionada ao comércio, como vestuário, calçados e têxtil. Os dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo IBGE indicaram uma queda de 18,7% no volume de vendas do comércio. Os serviços mercantis não financeiros também foram afetados pelo distanciamento social. O auxílio emergencial desempenhou um papel crucial na atenuação dos efeitos contracionistas advindos da Covid-19, com uma ampla distribuição na região, alcançando 58,9% dos domicílios em junho. Com o valor médio do benefício representando 69,4% da renda média regional.

A partir de 2021, constata-se uma estabilização e crescimento do indicador, impulsionados pelo retorno das expectativas econômicas com o avanço das campanhas de vacinação e a flexibilização das restrições. Em 2021, no Nordeste, houve um aumento significativo no dinamismo de atividades como comércio, construção civil e serviços financeiros, refletindo o contexto de arrefecimento da pandemia e melhora da confiança. Durante a transição do primeiro para o segundo trimestre de 2021, os serviços apresentaram um aumento significativo de 5,7%, com crescimento observado em todas as atividades. Destaca-se especialmente o setor turístico, que registrou um crescimento de 9,2% (BCB, 2021a; BCB 2021b).

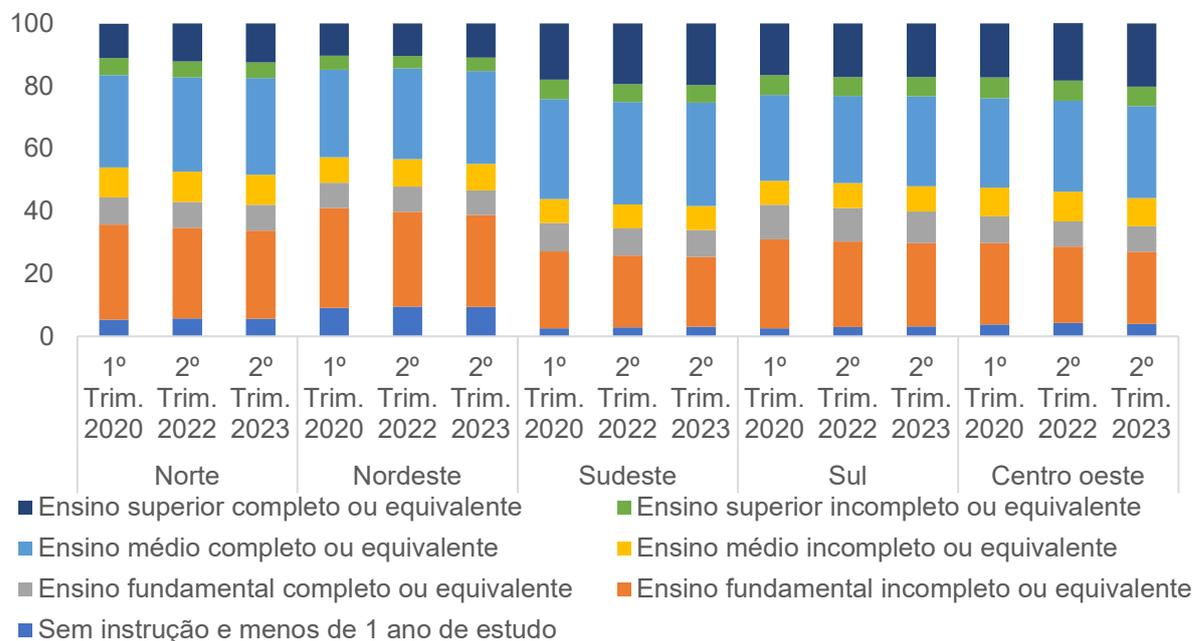
O fortalecimento e o crescimento de uma economia estão intrinsecamente ligados ao fator desenvolvimento humano. Segundo Mill (2017, p.216), "o capital humano é constituído por educação, habilidades e capacidades possuídas por um

indivíduo". Em outras palavras, quanto melhores níveis de educação formal e condições de saúde as pessoas tiverem à disposição, maior será o desenvolvimento de suas potencialidades e o aproveitamento das melhores oportunidades profissionais.

O Gráfico 2 pretende fornecer uma medida do capital humano das regiões, utilizando o nível de instrução da População em Idade Ativa (PIA) como *proxy*. Durante o período da Covid-19, entre o 2º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2022, não foi possível analisar o comportamento do nível de instrução devido à falta de dados da PNAD Contínua. No entanto, é possível observar a evolução desse indicador ao longo do tempo.

O referido gráfico evidencia que o nível de instrução melhorou na Região, mas esta Região ainda mantém o menor nível de instrução relação às demais Regiões do Brasil. No 2º trimestre de 2023, 55,10% de sua população não havia completado o ensino médio. No que se refere ao ensino superior, o Nordeste possui uma taxa de apenas 11%, enquanto o Sudeste e o Sul registram 19,7% e 17,2%, respectivamente.

**Gráfico 2** – Distribuição percentual da População em Idade Ativa (PIA), por nível de Instrução (%) – Grande Regiões.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

Portanto, a análise revela que a economia nordestina enfrentou desafios significativos durante a pandemia de Covid-19. Embora afetada, a região demonstrou capacidade de recuperação. Cabe destacar o papel fundamental dos programas sociais na mitigação dos efeitos adversos da crise. No entanto, é crucial que a região invista em uma economia mais diversificada como forma de diminuir sua dependência

em relação aos programas sociais. Nesse contexto, a melhoria do capital humano, com investimentos em educação e saúde, emerge como um elemento crucial para impulsionar o desenvolvimento econômico.

#### **4.2 Taxa de Participação, Nível de Ocupação: Brasil e Nordeste**

Em 2019, o mercado de trabalho brasileiro demonstrava pequenos sinais de recuperação da recessão iniciada em 2014. Este ambiente mais favorável impactou positivamente a população economicamente ativa (PEA), obtendo uma variação interanual de 1,8% de janeiro a julho de 2019 quando comparados com o mesmo período anterior de (0,8%). A melhora do indicador, por sua vez, foi reflexo do aumento da população ocupada. A taxa de desocupação também registrou uma tendência favorável, diminuindo 1,3 pontos percentuais em relação ao pico observado no primeiro trimestre de 2017, chegando a 11,8% no segundo trimestre móvel de 2019, encerrado em julho (IPEA, 2019, p. 12).

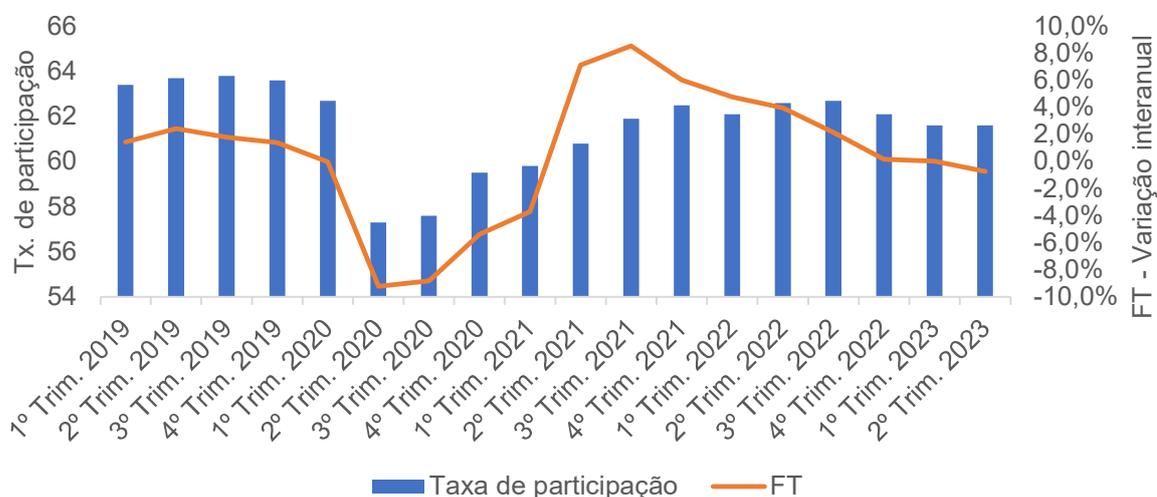
Porém, esses pequenos sinais de recuperação que o mercado de trabalho brasileiro apresentava estariam ameaçados em 2020 pela pandemia. Em 26 de fevereiro de 2020, foi registrado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil. A adoção do isolamento social surgiu como principal estratégia de combate à disseminação da doença. No entanto, esta estratégia impactou no desempenho da economia, refletindo na redução dos vínculos empregatícios, sejam eles celetistas ou informais (Carvalho; Nogueira, 2020, p. 1).

A crise econômico-sanitária de 2020 apresentou características distintas em relação ao período recessivo entre 2014 e 2016. Na recessão, não foi observada uma queda tão forte no total de ocupações. Isto pode ser decorrente do fato de que, entre 2014 e 2016, os trabalhadores puderam trocar de posições dentro das categorias de ocupação. Um trabalhador de carteira assinada, quando demitido, migrou para uma ocupação informal ou para uma subocupação com menores rendimentos. Porém, a crise sanitária diverge deste comportamento pela queda vertiginosa na força de trabalho e do nível de ocupação em virtude das medidas de isolamentos (GORAYEB et al., 2020).

O Gráfico 3 evidencia a queda na força de trabalho a partir da taxa de participação na economia brasileira. No 2º trimestre de 2020, constata-se uma queda de 5,4 pontos percentuais (p.p). Isto indica que parte da população em idade ativa

deixou de estar disponível para trabalhar ou procurar trabalho, migrando assim para a população fora da força de trabalho. Este movimento é evidenciado pela variação interanual negativa da Força de Trabalho (FT).

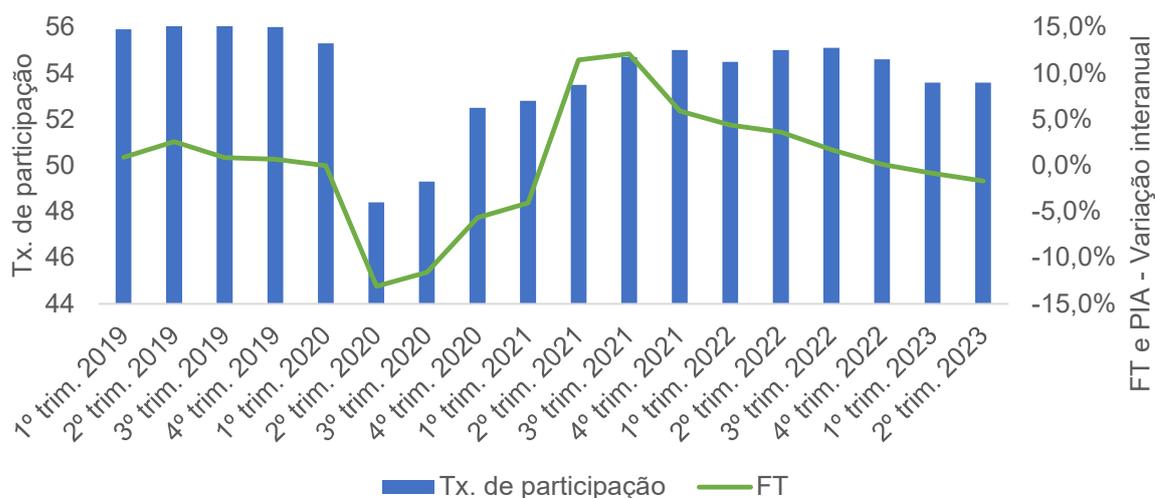
**Gráfico 3** - Taxa de participação e Variação Interanual da Força de Trabalho (%) - Brasil



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

No 2º trimestre de 2021, é perceptível uma recuperação da taxa de participação a partir da variação interanual positiva da FT. A melhora do indicador pode ter sido reflexo do avanço das campanhas de vacinação, que por sua vez incentivaram o relaxamento das medidas restritivas e a volta da dinamicidade da economia e do mercado de trabalho. Porém, mesmo apresentando elevação, a taxa de participação no mercado de trabalho não chegou aos níveis observados em 2019.

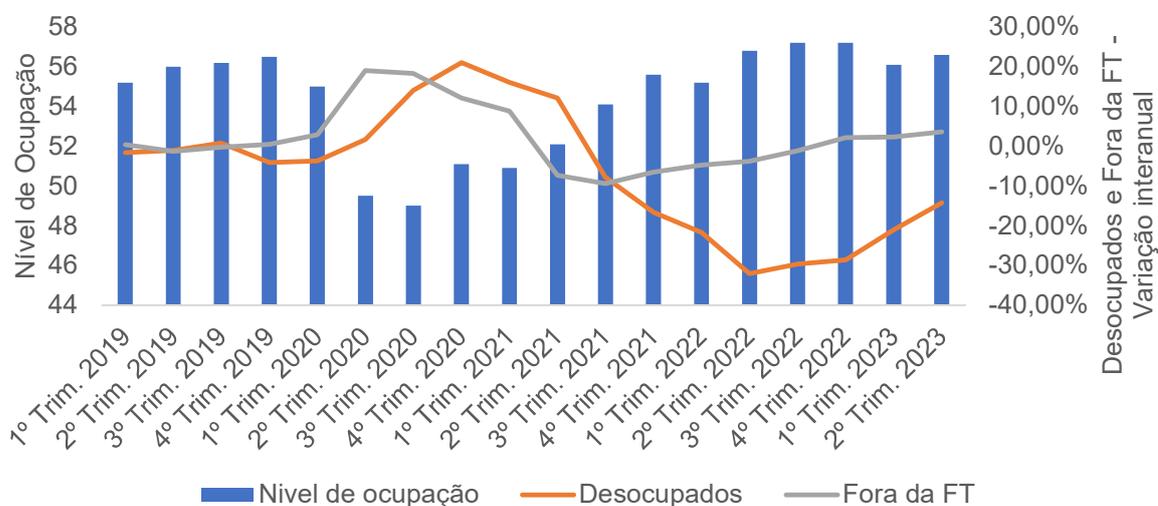
A análise do Gráfico 4 revela que a tendência da taxa de participação no Nordeste é semelhante ao do Brasil; mas em patamares mais baixos. O recorte para o período da pandemia no 2º trimestre de 2020, evidencia que a taxa registrou uma queda de 6,9 p.p. em relação ao trimestre anterior e uma variação interanual negativa da força de trabalho superior àquela verificada no cenário Brasileiro, demonstrando que a força de trabalho da região nordeste foi mais volátil ao choque econômico advindo da Covid-19.

**Gráfico 4 - Taxa de participação e Variação Interanual da Força de Trabalho (%) - Nordeste**

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

Observa-se uma retomada mais ágil na taxa de participação do Nordeste em relação ao Brasil entre o 4º trimestre de 2020 a 4º trimestre de 2021. Embora a região tenha apresentado melhorias nos seus índices durante esse processo de retomada, ainda não conseguiu atingir os patamares registrados em 2019.

A taxa de participação captura o comportamento da força de trabalho em relação à população em idade ativa. A força de trabalho se divide em dois grupos, população ocupada e desocupada. Na sequência, será analisada a população ocupada considerando o nível de ocupação. Porém, para entender melhor os fluxos migratórios durante o período, foram incorporadas as variações interanuais dos desocupados e da população fora da força de trabalho através do Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Nível da ocupação e Variação Interanual dos desocupados e da População Fora da Força de Trabalho (%) – Brasil.**

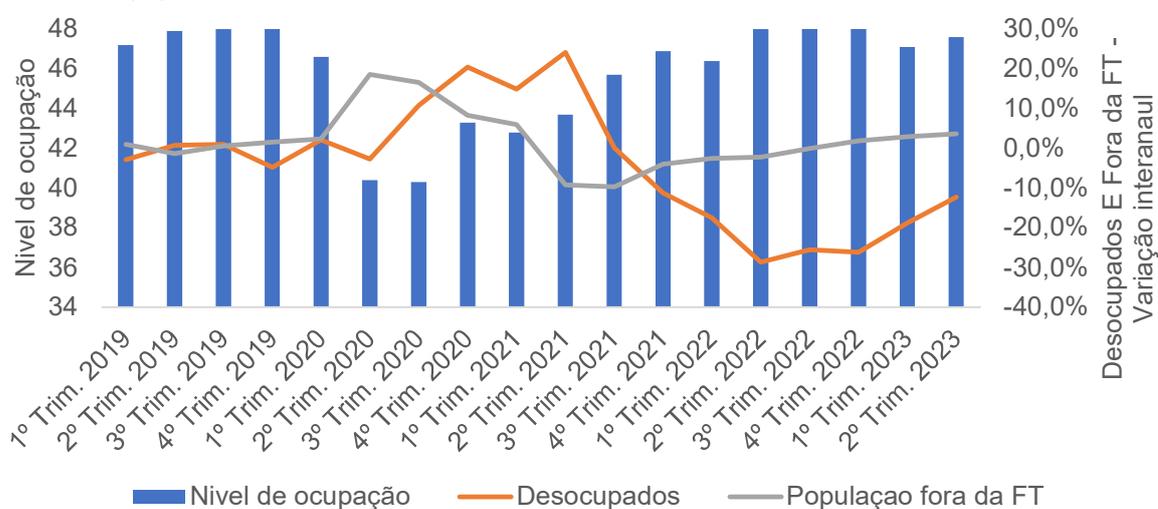
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

Segundo Horn e Danoso (2020), considerando a economia brasileira, durante a pandemia existiu extrema contração do nível de ocupação resultante, em um primeiro momento, da saída massiva de pessoas do mercado de trabalho por falta de perspectivas ou para se precaver da doença. Este movimento fica evidente, a partir do 2º trimestre de 2022, com a variação interanual positiva da população fora da força de trabalho.

No 3º trimestre de 2022, a variação interanual do número de desocupados também acompanha o movimento de alta, o que se reflete no menor nível de ocupação registrado durante o período analisado, de 49%. Portanto, o Gráfico 5 evidencia uma migração da população ocupada para desocupação e para fora da força de trabalho durante o primeiro ano de pandemia. Somente a partir do 3º trimestre de 2021 há o início da normalização no nível de ocupação, puxado pela queda no número de desocupados.

O Gráfico 6, por sua vez, revela que, embora os padrões de comportamento sejam semelhantes aos observados no Brasil, o Nordeste apresenta uma taxa de ocupação mais baixa. A análise da Região Nordeste no 2º trimestre de 2020, demonstra um comportamento díspar, dado que, enquanto a população desocupada apresentou uma variação interanual negativa, a população fora da força de trabalho apresentou uma variação positiva. Este movimento pode nos indicar que, em um primeiro momento, a pandemia da Covid-19 afetou não só a população ocupada, mas também desencorajou a população nordestina a procurar trabalho.

**Gráfico 6** - Nível da ocupação e Variação Interanual dos desocupados e da População Fora da Força de Trabalho (%) – Nordeste.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

No 3º trimestre de 2020, os desocupados apresentaram uma variação interanual positiva, registrando o menor nível de desocupação do período, atingindo 40,3%. A análise do período de retomada evidencia que o Nordeste possui uma recuperação semelhante ao Brasil.

Para uma análise mais detalhada dos dados ocupacionais, o IBGE divide a população ocupada em 10 categorias de emprego por posição. No entanto, para uma compreensão mais aprofundada em relação aos vínculos empregatícios, os dados foram tratados da maneira a seguir:

**Tabela 2** – Agrupamento da população ocupada por vínculo empregatício.

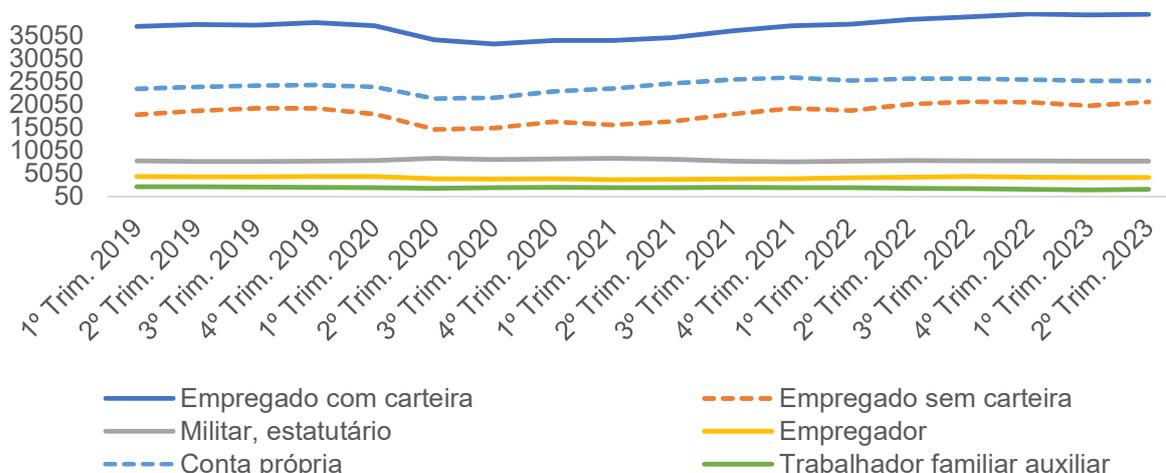
Empregados com carteira	Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada.
	Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada.
	Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada.
Empregados sem carteira	Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada.
	Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada.
	Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada.

**Fonte:** Elaboração própria.

Vale salientar que os trabalhadores autônomos (conta própria) e os empregadores não foram classificados nas categorias acima, pois o IBGE agrupa tanto os trabalhadores formais (com CNPJ) quanto os informais em sua categoria. O Gráfico 7, apresenta uma análise das ocupações por vínculo empregatício, o Gráfico evidencia que no 2 trimestre de 2020 temos uma queda dos principais grupamentos ocupacionais no Brasil, os trabalhadores sem carteira (-18,56%), contas próprias (-10,58%), empregadores (-10,44) e os trabalhadores com carteira (-8,33%).

Portanto, os trabalhadores por conta própria e os informais foram os mais afetados durante a pandemia, avaliando o cenário brasileiro. Segundo Gorayeb et al., (2020), a queda das ocupações informais foi reflexo das medidas restritivas e do valor razoavelmente alto do auxílio emergencial, que permitiu em um primeiro momento a saída desses trabalhadores do mercado informal.

**Gráfico 7** – Ocupados por vínculo empregatício, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Brasil

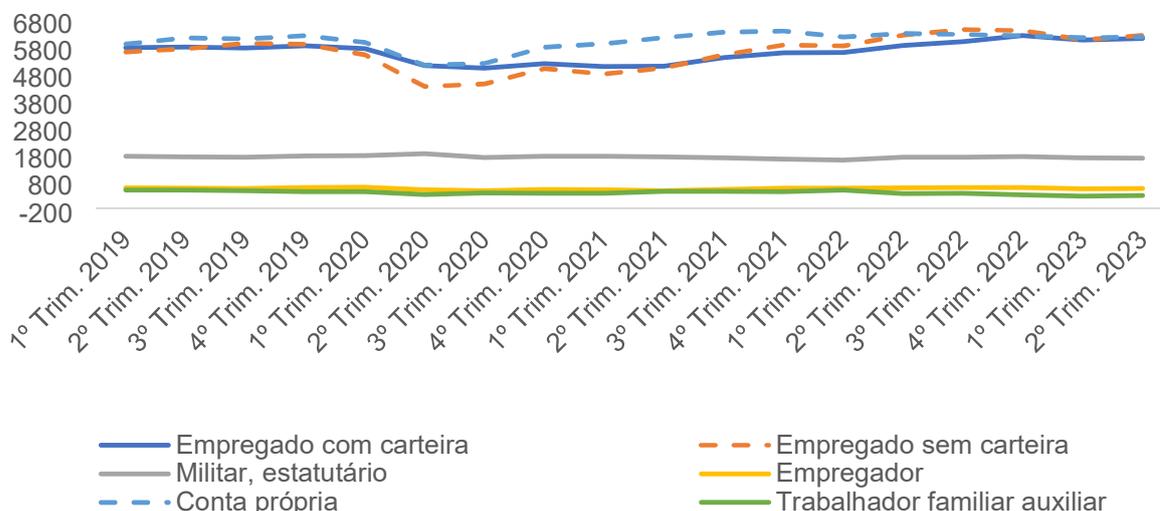


**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua

No 4 trimestre de 2020, dada a flexibilização das regras sanitárias junto à redução do auxílio emergencial, é constatado o retorno nas ocupações informais. Este comportamento indica que empresas ficaram inicialmente receosas à contratação devido ao grau de incerteza que o vírus proporcionava na economia. A partir do segundo trimestre de 2021, os empregos formais começam a mostrar sinais de recuperação.

A análise do segundo trimestre de 2020 para a região Nordeste, no Gráfico 8, evidencia que os trabalhadores sem carteira sofreram uma variação de (-20,74%), contas próprias (-13,71%), empregadores (-13,41) e os trabalhadores com carteira (-10,57%). Essas variações indicam que o Nordeste apresentou uma maior perda ocupacional em relação à média brasileira.

**Gráfico 8** – Ocupados por vínculo empregatício, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Brasil



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua

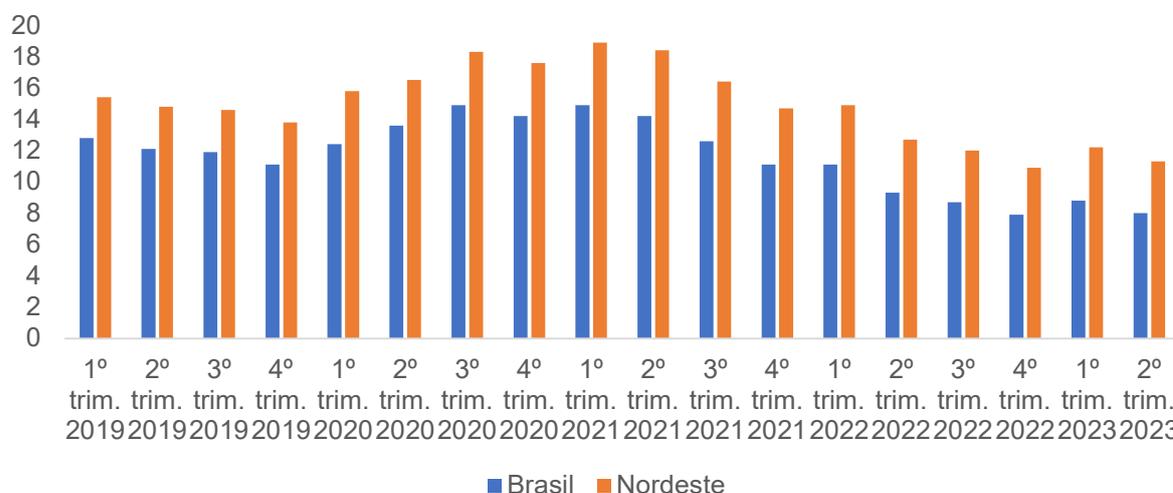
Com relação às categorias ocupacionais do Nordeste, constata-se que os empregados informais e os trabalhadores por conta própria, em boa parte do período, apresentam-se superiores aos empregos celetistas. Este movimento indica que o mercado de trabalho nordestino, em um primeiro momento, não promoveu de maneira enfática a expansão dos empregos formais. Adicionalmente, que a melhora do nível de ocupação nordestino, conforme constatado no Gráfico 6, foi reflexo da expansão do grupo de trabalhadores por contas próprias e informais, acompanhado em um segundo momento pela expansão dos empregos celetistas, dado a melhoria das perspectivas econômicas.

Em resumo, pode-se observar que o impacto inicial da pandemia na taxa de participação foi mais significativo no Nordeste do que no Brasil. Contudo, a recuperação desse indicador foi mais ágil na região nordestina. O nível de ocupação, por sua vez, demonstra que a população nordestina foi mais impactada inicialmente pela pandemia, sua recuperação é análoga à da brasileira.

#### **4.3 Evolução da Subutilização da Força de Trabalho e Desalento: Brasil versus Nordeste**

O IBGE busca analisar o desemprego a partir do nível de desocupação e da taxa de desocupação. Segundo Kon (2013, p. 3), “Entre os indicadores calculados, a Taxa de Desocupação é considerada internacionalmente como variável *proxy* da taxa de desemprego”. O Gráfico 9, apresenta a taxa de desocupação para o Brasil, o referido Gráfico evidencia o número de desempregados em relação à força de trabalho. No período 2020.1 a 2021.1, verifica-se um aumento tanto na taxa de desocupação do Nordeste quanto no Brasil.

**Gráfico 9** - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) – Brasil e Nordeste



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

Vale salientar que, a taxa de desemprego não alcançou patamares ainda mais elevados devido à queda na taxa de participação da força de trabalho, conforme evidenciado anteriormente, parte da população força de trabalho deixou de procurar emprego em decorrência do medo de contrair o vírus e ao auxílio emergencial.

Segundo Pinto (2023), a implementação do auxílio emergencial pode ter levado a uma diminuição da população economicamente ativa. Isso se deve ao fato de que indivíduos desempregados, apesar de estarem em busca de trabalho, podem ter interrompido seus esforços ao receberem o recurso. O auxílio, ao complementar a renda familiar, possivelmente atuou como um fator desmotivador para a continuidade da procura por emprego em um cenário de incerteza, principalmente no início da pandemia.

A partir 2º trimestre de 2021, constata-se uma redução da taxa de desemprego, puxada pela queda no número de desocupados. Para o IPEA (2022), a queda da população desocupada foi reflexo do aumento da população ocupada, que vem mostrando uma recuperação desde abril de 2021. Em julho de 2022, o número de ocupados no Brasil avançou em 7,5% em relação ao ano anterior, chegando aos 99 milhões de brasileiros.

No 4º trimestre de 2022, a taxa de desocupação do Brasil chegou a 7,9%, a menor taxa registrada do período desde 2014. O IPEA (2023), mostra que o indicador do nordeste apresentou um comportamento semelhante à do Brasil, com um recuo de

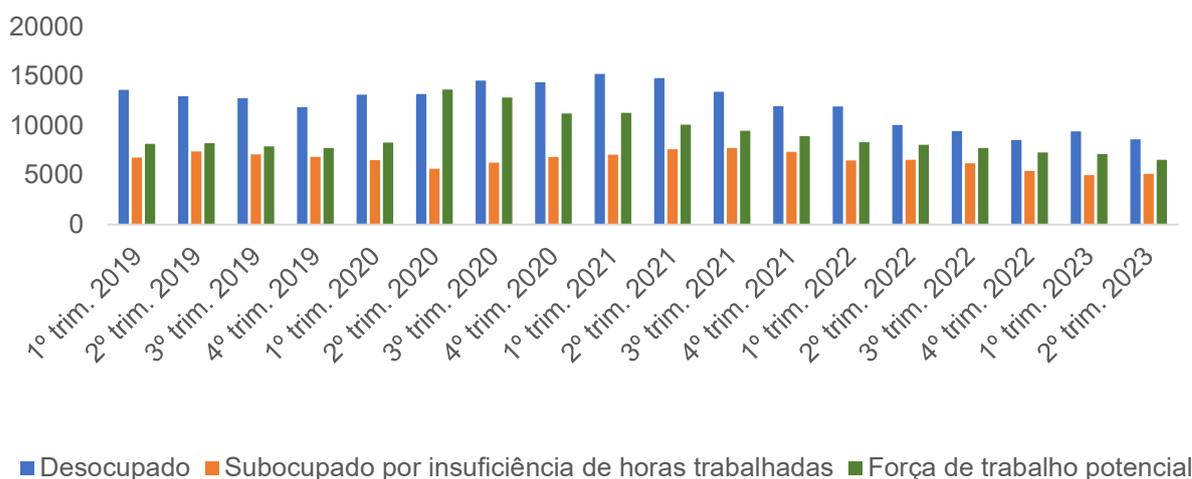
3,8 p.p., quando comparados com o trimestre anterior; porém a região, ainda registra a maior taxa de desocupação entre as regiões do país, de 10,9%.

Para um melhor monitoramento do mercado de trabalho, o IBGE adota a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e incorpora outros indicadores de subutilização da força de trabalho, objetivando trazer a melhor estimativa da demanda por trabalho em ocupação (IBGE, 2016).

O Gráfico 10 apresenta o comportamento em números absolutos da subutilização da força de trabalho na Economia Brasileira. Constatase um maior contingente populacional na categoria de desocupação, evidenciando que, embora desocupada, esta população toma alguma providência para conquistar um emprego. Porém, durante o 2º trimestre de 2020, em virtude da pandemia: o número da força de trabalho potencial se demonstrou superior ao número de desocupados.

Este comportamento sugere que a população brasileira durante este período ficou indisponível para o mercado de trabalho ou não desejaram procurar um emprego devido ao medo de exposição ao vírus. A partir do 3º trimestre de 2020, verifica-se um recuo da força de trabalho potencial, estabelecendo o início da volta do padrão comportamental. Entre 2º trimestre de 2021 e o 2º trimestre de 2023, constata-se uma evolução dos contingentes populacionais seguindo uma trajetória de queda.

**Gráfico 10** - Desocupados, subocupado por Insuficiência de Horas e Força de trabalho potencial, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Brasil

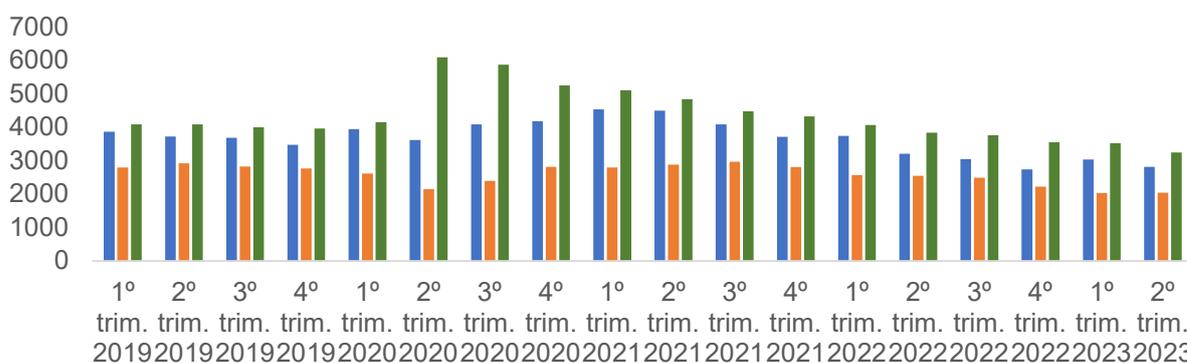


**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua

O comparativo entre os Gráficos 10 e 11 evidencia que o Nordeste apresenta uma dinâmica diferente quanto à subutilização da força de trabalho, esta dinâmica é observada principalmente no primeiro ano da pandemia. Enquanto o Brasil, em termos

absolutos, apresenta um maior contingente de pessoas na desocupação, o Nordeste vai em um caminho oposto apresentado na força de trabalho potencial. Um contingente maior na força de trabalho potencial indica um menor engajamento da população ao mercado de trabalho.

**Gráfico 11** - Desocupados, subocupado por Insuficiência de Horas e Força de trabalho potencial, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas) – Nordeste.



■ Desocupado ■ Subocupado por insuficiência de horas trabalhadas ■ Força de trabalho potencial

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua

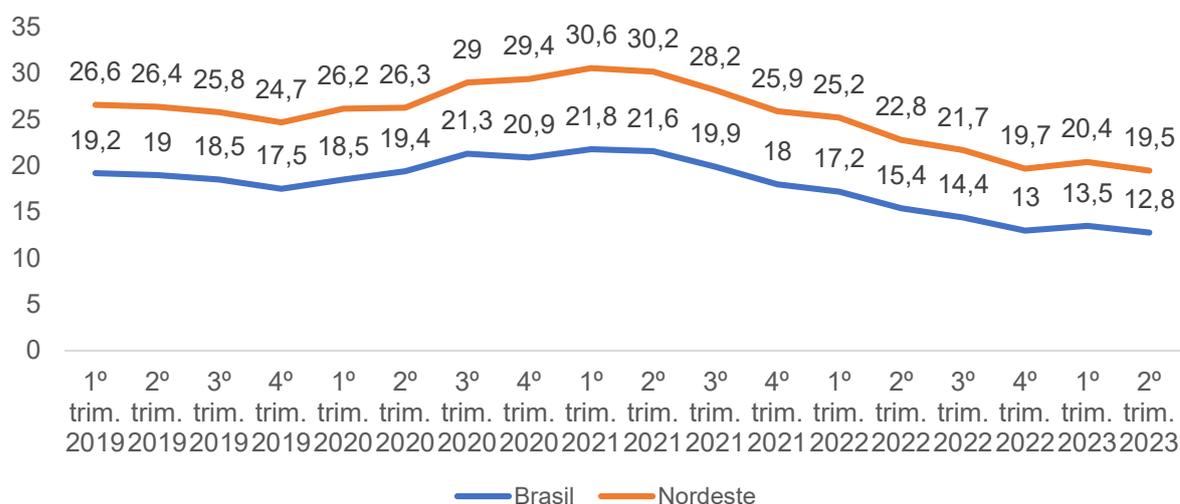
O IBGE utiliza indicadores de subutilização; neste momento, serão explorados três indicadores: a taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, e a taxa composta de subutilização da força de trabalho. Esses indicadores fornecem uma visão da capacidade ociosa no mercado de trabalho da região Nordeste e do Brasil, permitindo um acompanhamento mais detalhado do subemprego.

O Gráfico 12 apresenta a taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas, para o Brasil e a Região Nordeste. Ao analisar o presente indicador no início da pandemia sobre a perspectiva nordestina, verifica-se que este indicador pouco variou no 2º trimestre de 2020 em relação ao trimestre anterior. Ao realizar o desdobramento das variáveis, constata-se que, durante o período, tanto os desocupados como os subocupados por insuficiência de horas apresentaram variações negativas, porém, a força de trabalho diminuiu na mesma proporção.

É perceptível que o Nordeste apresenta a mesma tendência do Brasil, no entanto, apresenta uma maior variação durante o período da pandemia. Entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestres de 2021, o nordeste brasileiro teve um aumento de 4,4 p.p, enquanto o Brasil durante o mesmo período foi 3,3 p.p. A partir do

2º trimestre de 2021 e 2º trimestre de 2023, seguindo uma tendência de queda, o Nordeste perdeu 10,7 p.p enquanto o do Brasil 8,8 p.p. A melhora do indicador se deu em virtude de uma queda inicial do número de desocupados, acompanhado em um segundo momento pelos subocupados por insuficiência de horas.

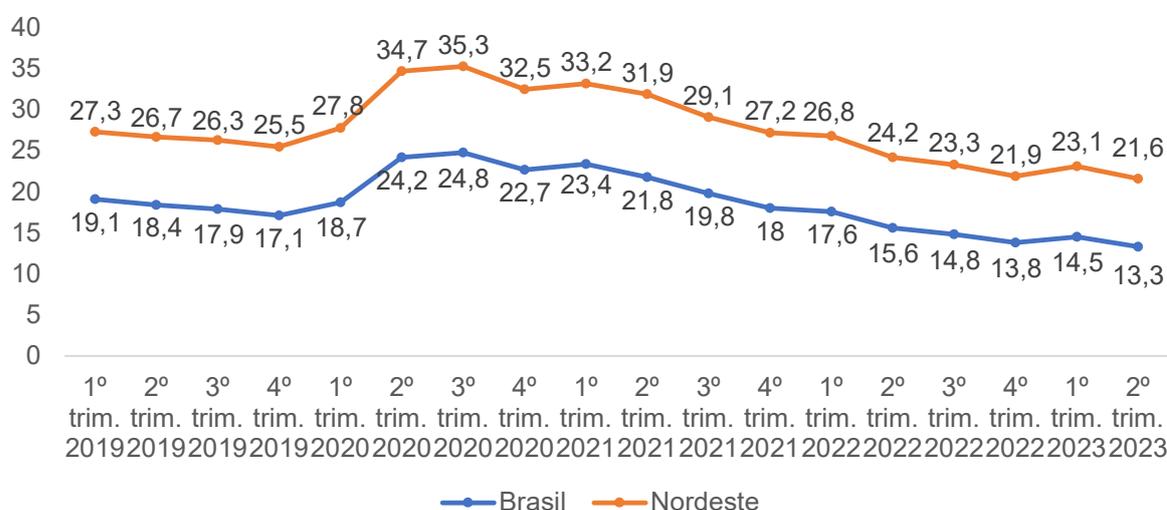
**Gráfico 12-** Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%) – Brasil e Nordeste



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

O Gráfico 13 apresenta a desocupação e da força de trabalho potencial sob a perspectiva da força de trabalho ampliada, para o Brasil e o Nordeste. Constata-se que o comportamento do indicador do Nordeste é análogo ao do Brasil. Entre os três primeiros trimestres de 2020, verifica-se uma tendência positiva no indicador, decorrente de um aumento vertiginoso na força de trabalho potencial e um aumento moderado no nível de desocupação.

**Gráfico 13 -** Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial (%) – Brasil e Nordeste



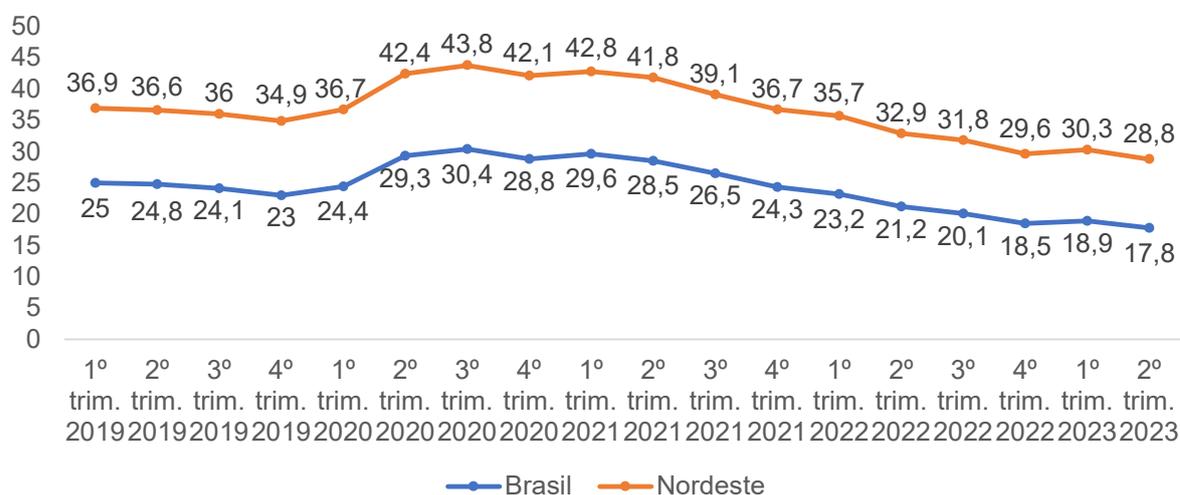
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

A partir do 4º trimestre de 2020, verifica-se uma redução no indicador, puxado em um primeiro momento pelo decréscimo da força de trabalho potencial e em um segundo pela população desocupada. No 2º trimestre de 2023, o Nordeste registra a taxa de 21,60%, a menor taxa registrada desde 2015, embora a região tenha avançado em relação ao indicador, ainda registra a maior taxa quando comparamos com as demais regiões do Brasil.

A taxa composta de subutilização da força de trabalho, por sua vez, nos traz uma análise mais aprofundada da força de trabalho ociosa da economia, uma vez que considera a subocupação por insuficiência de horas, a força de trabalho potencial e a população desocupada em relação à força de trabalho ampliada.

No Gráfico 14, apresenta a taxa composta de subutilização para a Região Nordeste e Brasil, constata-se que no Brasil a partir do 2º trimestre de 2020 e do 2º trimestre de 2021 uma elevação desse indicador em decorrência do crescimento vertiginoso da força potencial de trabalho e do aumento do número de pessoas desocupadas. Uma vez que mais pessoas entram na força potencial de trabalho ou ficam desocupadas, por conta da saída de seus antigos postos profissionais, o caminho natural é o aumento do presente indicador.

**Gráfico 14** - Taxa composta da subutilização da força de trabalho (%) – Brasil e Nordeste



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

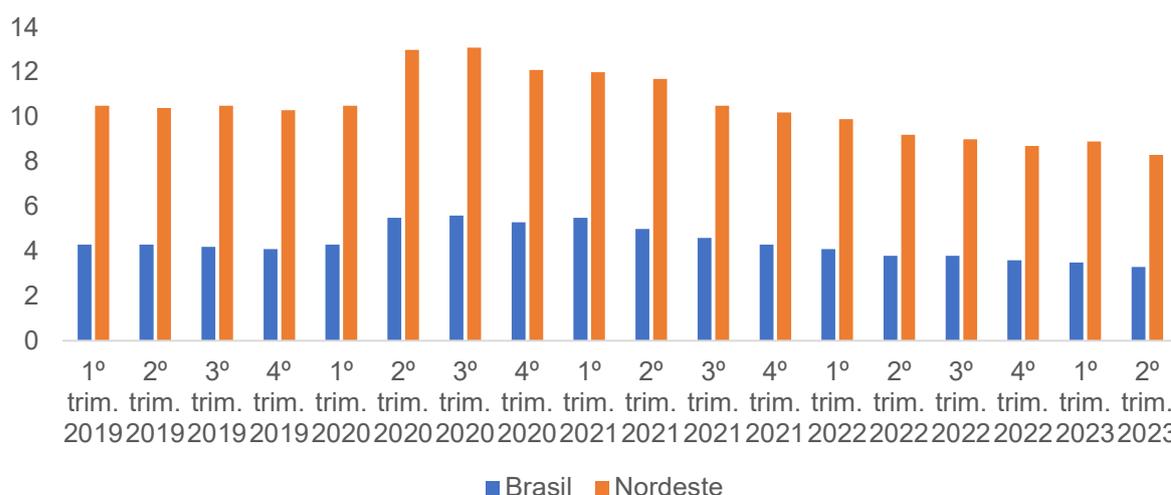
O comportamento da taxa composta de subutilização para a Região Nordeste é similar àquele verificado na Economia Brasileira, porém em uma maior variação percentual. A partir 3º trimestre de 2021, constata-se uma evolução na trajetória do indicador, devido à queda de todos os indicadores de subutilização visualizados no Gráfico 8 e 9. Esta queda foi proporcionada pela expansão na oferta de empregos e

pela volta das expectativas na economia em virtude da redução do número de casos da Covid. O nordeste brasileiro registra 28,80% no 2º trimestre de 2023, a região ainda apresenta a maior taxa de subutilização da força de trabalho, quando comparados com a média nacional e as demais regiões.

Segundo Peruchetti e Rachter (2019), os dados da PNAD Contínua indicam que o desalento é mais comum entre mulheres, jovens, autodeclarados, pardos e aqueles com menor nível de escolaridade.

O Gráfico 15 se propõe a comparar o percentual da população desalentada no Brasil em relação ao nordeste. A série revela que o Nordeste consistentemente apresenta um número de desalentados superior à média nacional. Isto indica que uma parcela mais significativa da população na região desistiu da busca por emprego devido à escassez de oportunidades e à falta de perspectivas de colocação no mercado de trabalho.

**Gráfico 15** - Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho ou desalentada (%) – Brasil e Nordeste



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

O indicador brasileiro e o da região nordestina sofreram um aumento significativo no 2º trimestre de 2020. Enquanto o Brasil registrou um acréscimo de 1,2 p.p., o Nordeste apresentou um aumento mais expressivo, atingindo 1,5 p.p. Apenas a partir do 3º trimestre de 2021, constata-se um processo de estabilização e declínio do indicador.

O confronto da evolução dos desalentados com os Gráficos 5 e 6 evidencia que a redução no número de desalentados foi impulsionado pelo retorno das expectativas econômicas, impulsionado pelo aumento das ocupações, tanto informais quanto formais. Apesar do progresso observado no Nordeste em relação ao indicador, a

região permanece com o maior percentual de desalentados, de 8,30% registrado 2º trimestre de 2023.

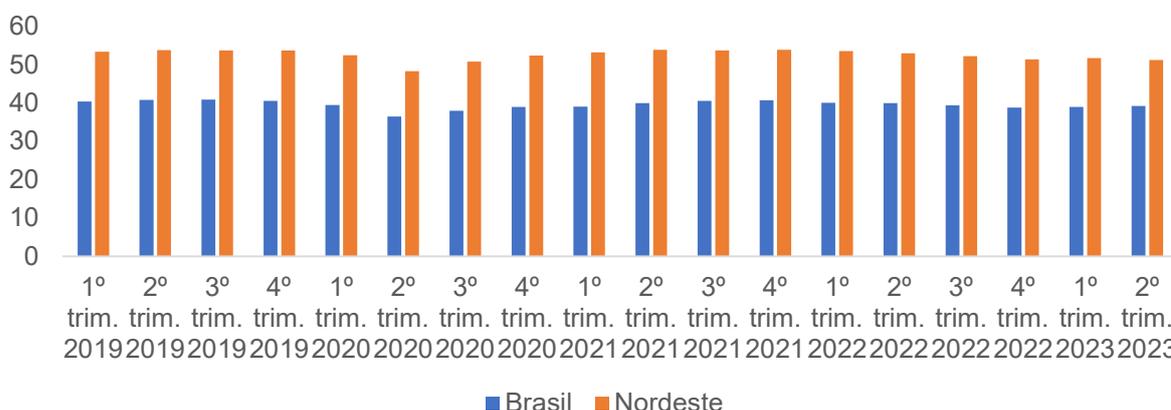
Portanto, no segundo trimestre de 2020, quando as medidas de restrição entraram em vigor, houve um aumento generalizado nos índices de subutilização, com o Nordeste experimentando aumentos maiores do que a média nacional. No entanto, à medida que as perspectivas econômicas melhoraram, o mercado de trabalho se aqueceu, levando a uma redução nos índices de subutilização, especialmente no Nordeste, onde as reduções foram mais significativas do que no restante do país. Esse padrão também foi observado no número de desalentados. Apesar dos números promissores, o Nordeste registra um maior percentual de desalentados em relação à média nacional.

#### 4.4 Informalidade e rendimento habitual médio real do Brasil e do Nordeste

Segundo Cardoso (2010), a informalidade sempre foi uma questão presente no país, desde os primórdios da Consolidação das Leis do Trabalho. Embora a regulação do mercado de trabalho e das relações de classe tenha sido fundamental como meio de proteção aos trabalhadores, nunca conseguiu abranger a todos. Assim, a informalidade persiste como uma realidade presente.

O Gráfico 16 apresenta a taxa de informalidade do Brasil e do Nordeste. Os dados revelam que, entre o 1º trimestre de 2020 e o 2º trimestre de 2020, verifica-se uma queda na taxa de informalidade da economia nordestina de 4,2%, enquanto o Brasil registrou 3,0%. No entanto, esta queda está relacionada à migração dos informais para população fora da força de trabalho e para desocupação, conforme destacamos nas análises do Gráfico 5 e 6.

**Gráfico 16** - Taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%) – Brasil e Nordeste



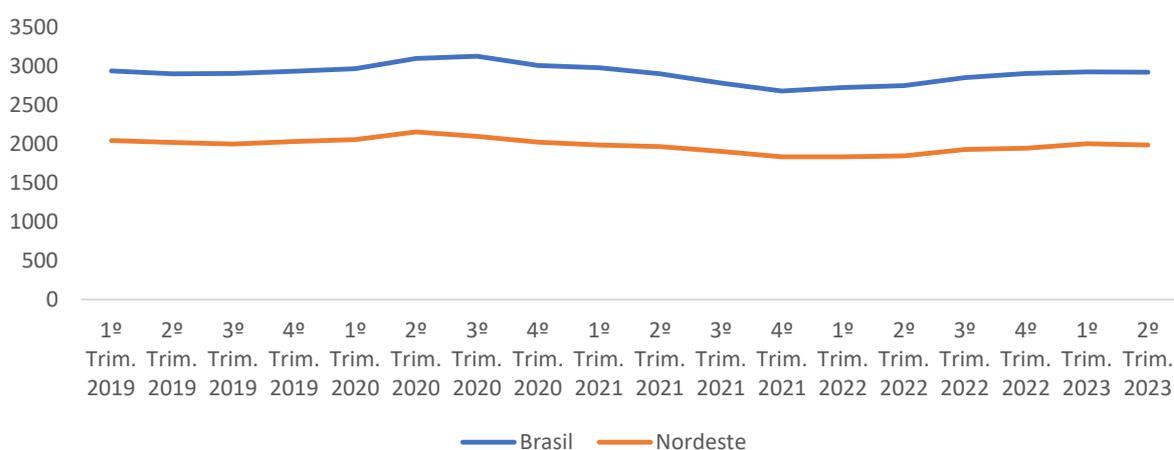
**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua

A análise do período evidencia que aproximadamente 40% de todas as ocupações no Brasil estão concentradas na categoria informal. Esta situação indica que parte da população ocupada não desfruta dos direitos e benefícios trabalhistas estabelecidos pela legislação. Este grupo populacional, são mais suscetíveis aos períodos de crise econômicas e sanitárias, uma vez que não possuem piso salarial ou remuneração definida por convenção coletiva, não contando também com programas de proteção social como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Seguro Desemprego e Previdência.

No entanto, a análise da informalidade sob a perspectiva da região nordestina evidencia um quadro, mais alarmante, com cerca de 50% da ocupação concentrada no mercado informal. Nesse contexto, é importante ressaltar que em economias com altos índices de subutilização e informalidade, os trabalhadores frequentemente enfrentam empregos precários e mal remunerados, resultando em rendimentos familiares insuficientes para atender às necessidades básicas.

Durante a pandemia, o Nordeste enfrentou grandes desafios econômicos, com impactos significativos nos setores de comércio e serviços. Esperava-se que os rendimentos habituais médios sofressem uma queda em virtude da redução do nível de atividade econômica, como indicado no Gráfico 1. No entanto, não foi isso que aconteceu entre os três primeiros trimestres do ano de 2020, houve um aumento tanto no Brasil como no Nordeste, conforme evidenciado pelo Gráfico 17.

**Gráfico 17** – Rendimento habitual médio real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas (R\$) – Brasil e Nordeste.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados PNAD Contínua.

Segundo o IPEA (2021), o incremento nos rendimentos é atribuído ao efeito composição proveniente de duas fontes principais. Primeiro, a elevação da renda média habitual ocorre devido às perdas nas ocupações em setores menos

remunerados, como construção, comércio, alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria, resultando em uma permanência dos ocupados com renda relativamente mais alta. Isso contribuiu para impulsionar o indicador de renda. Além disso, é importante considerar que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua passou a realizar suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento na não resposta na pesquisa, tal fato pode ter afetado os resultados.

O auxílio emergencial surgiu como o principal instrumento para garantir a manutenção das rendas dos trabalhadores, especialmente aqueles que se viram obrigados a deixar seus postos de trabalho. Segundo Trovão (2020b), o benefício do auxílio emergencial foi direcionado aos microempreendedores Individuais (MEI), trabalhadores informais, beneficiários do programa Bolsa Família e desocupados. Esse apoio financeiro foi particularmente significativo para a população do Nordeste, onde se destacou como uma medida positiva para mitigar as perdas de renda e impulsionar o consumo entre os mais vulneráveis. Isso se revelou crucial devido à condição de pobreza acentuada nessa região, caracterizada por baixos rendimentos.

No 4º trimestre de 2020, com a redução do auxílio emergencial, constatou-se o retorno dos trabalhadores informais e autônomos ao mercado de trabalho. Consequentemente, o rendimento habitual médio começou a diminuir (Gorayeb et al., 2020; IPEA, 2021). Somente a partir do 1 trimestre de 2022 verifica-se uma resposta do indicador, porém sem alcançar os patamares observados durante o ano de 2019, o que revela que durante o período a população vem perdendo poder de compra. No segundo trimestre de 2023, o indicador brasileiro de rendimento habitual médio atingiu R\$ 2921,00, contrastando significativamente com os R\$ 1986,00 registrados no Nordeste.

Portanto, os indicadores ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro e nordestino revelam uma redução no emprego nos setores menos remunerados, como construção, comércio, alojamento e alimentação, levando tanto os empregados sem carteira quanto os trabalhadores por conta própria a migrarem da população ocupada para a população fora da força de trabalho e para a desocupação. Esse movimento teve um efeito positivo no rendimento habitual médio devido ao efeito de composição. No entanto, com a redução do auxílio emergencial, houve um retorno dos trabalhadores informais e por conta própria às ocupações, melhorando o nível de

ocupação da economia, embora tenha impactado negativamente nos rendimentos habituais médios.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pandemia da COVID-19, o mercado de trabalho enfrentou desafios significativos tanto no Nordeste quanto no Brasil. Antes da crise, em 2019, o mercado de trabalho brasileiro e nordestino mostrava leves sinais de recuperação após o período turbulento marcado pela crise econômica entre os anos de 2014 e 2016. No entanto, a pandemia exacerbou esses problemas, resultando no fechamento de empresas, na redução da atividade econômica e no aumento do desemprego em todo o país; tendo a Região Nordeste pior desempenho em relação ao Brasil.

Este estudo propôs realizar uma análise dos efeitos da crise econômica e sanitária sobre o mercado de trabalho, abrangendo tanto uma perspectiva nacional quanto específica para o nordeste, utilizando dos dados fornecidos da Pnad continua disponibilizados pelo IBGE. O trabalho se propõe realizar um comparativo entre os indicadores nordeste em relação e a média nacional, destacando os impactos da COVID-19 dentro do período analisado.

Durante o primeiro ano da Covid-19, constata-se uma redução na atividade econômica do Brasil e do Nordeste, afetando diretamente o mercado de trabalho. Observa-se uma vulnerabilidade maior do mercado de trabalho no Nordeste em comparação com a média nacional. Enquanto a taxa de participação no Brasil teve uma redução de 5,4 pontos percentuais, no Nordeste essa queda foi mais acentuada, atingindo 6,9 pontos percentuais. Apesar de uma leve melhora nos indicadores, ambos ainda não retornaram aos níveis pré-pandêmicos de 2019.

Observou-se também uma migração significativa da população ocupada para a desocupação e para fora da força de trabalho no ano de 2020, com os trabalhadores autônomos e informais sendo os mais afetados. O processo de retomada do nível de ocupação se deu inicialmente pelo retorno das ocupações informais e dos trabalhadores por conta própria. No segundo momento, pelas ocupações formais, à medida que os empresários vislumbravam perspectivas mais positivas diante do cenário pandêmico.

A análise da capacidade ociosa por meio dos indicadores de subutilização, no segundo trimestre de 2020, quando as medidas restritivas foram implementadas, houve um aumento generalizado nos indicadores de subutilização, com o Nordeste registrando aumentos mais expressivos do que a média nacional. A melhora das perspectivas econômicas promoveu o aquecimento do mercado de trabalho,

resultando em uma redução nos indicadores de subutilização, com o Nordeste mostrando reduções maiores do que o Brasil. Apesar dos números otimistas, o Nordeste ainda apresenta um resultado acima da média brasileira. Durante o período analisado, observa-se que a taxa de informalidade do Brasil registrou cerca de 40% e a do Nordeste aproximadamente 50%. Essa situação destaca uma disparidade significativa da região em relação à média nacional.

Os indicadores do mercado de trabalho no Nordeste evidenciaram uma situação desafiadora, com desempenho inferior à média nacional e maior vulnerabilidade aos impactos econômicos da COVID-19. Esse cenário destaca a urgência de uma análise mais aprofundada em futuras pesquisas, visando compreender as dinâmicas regionais e identificar políticas eficazes para enfrentar os efeitos adversos de crises semelhantes no futuro. O estudo dessas questões é essencial para orientar a formulação de estratégias que possam fortalecer a economia da região e garantir a proteção dos trabalhadores e suas famílias diante de situações de instabilidade econômica e social.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR, M.; et al. O ajuste inevitável. Folha de S. Paulo, v. 19, 2015.

AQUINO, E. M. L; SILVEIRA, I. H; PESCARINI J. M; et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, 2022.

AQUINO, Joacir Rufino de; NASCIMENTO, Carlos Alves do. Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista - BA, v. 17, ed. 30, p. 184-194, jul./dez 2020.

ARAÚJO, T. P. de; SOUZA, A. do V.; LIMA, R. A. de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. Estudos Avançados, São Paulo, v.11, n.29, jan./abr. 1997

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Aspectos metodológicos e comparações dos comportamentos do IBC-Br e do PIB. Estudo Especial nº 3/2018, v. 20, ed. 1, p. 1-3, Mar 2018. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Metodologia\\_ibc-br\\_pib\\_estudos\\_especiais.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Metodologia_ibc-br_pib_estudos_especiais.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional do Banco Central do Brasil: Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) – revisão metodológica. v. 18, n. 1, p. 1-121, Brasília, Mar. 2016a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/201603/RELINF201603-ri201603P.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional do Banco Central do Brasil: Região Nordeste. v. 10, n. 1, p. 1-127, Brasília, Jan. 2016b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/201601/BOLREG201601-br201601P.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional do Banco Central do Brasil: Região Nordeste. v. 14, n. 3, p. 1-94, Brasília, Jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202007/br202007p.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional do Banco Central do Brasil: Região Nordeste. v. 15, n. 2, p. 1-67, Brasília, Mai. 2021a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202105/br202105p.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional do Banco Central do Brasil: Região Nordeste. v. 15, n. 3, p. 1-78, Brasília, Ago. 2021b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202108/br202108p.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BARROS, Alexandre Rands. Desigualdades Regionais No Brasil - Natureza, Causas, Origens e Solução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). Revista Eletrônica Economia Política do Desenvolvimento, Maceió, v. 1, n. 2, p. 7-40, maio/ago. 2008.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). Revista paranaense de desenvolvimento, v. 39, ed. 134. Curitiba - PR, 2018.

CARVALHO, Fernanda. Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste. Orientador: Prof. Dr. Wilson Cano. 2001. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Econômico) - UNICAMP, p. 1-164, Campinas – SP, 2001.

CARVALHO, Sandro Sacchet. Carta de Conjuntura 31, IPEA, Mercado de Trabalho, vol. 31, p. 31-42, 2016. Disponível em: <[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/170324\\_carta\\_de\\_conjuntura\\_31.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/170324_carta_de_conjuntura_31.pdf)>. Acesso em: 22 de out. de 2023

CARVALHO, Sandro Sacchet de; NOGUEIRA, Mauro Oddo. O TRABALHO PRECÁRIO E A PANDEMIA: OS GRUPOS DE RISCO NA ECONOMIA DO TRABALHO. IPEA. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Rio de Janeiro: IPEA, v. 1, n. 0. p. 1-20, set. 2020.

CAVALCANTE, Jupiraci Barros; FEITOSA, Cid Olival. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. Revista Política e Planejamento Regional. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 226-247, 2019.

FAUSTO, Boris. História do Brasil / Boris Fausto. - 12ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2007.

FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GORAYEB, D. S., FONSECA, C. V. C., FILLETI, J. D. P., & CAJUEIRO, J. P. Uma análise do mercado de trabalho no contexto da crise econômico-sanitária de 2020: efeitos sobre as mulheres, sua saída da força de trabalho e sua indisponibilidade, 2020.

GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GUIMEIRO, R. O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula. In: JORNADAS DE PLANEJAMENTO

ECONÔMICO E SOCIAL, 1., 2013, 2001 Santiago. Anais... Santiago: CEPAL; ILPES, 2013.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. in Revista Estudos e Pesquisas. N.67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios. Paulo Ferraz Guimarães etal (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro, BNDES, 2014. p. [420]-452

HORN, Carlos Henrique; DANOSO, Virgínia Rolla. Consequências imediatas da pandemia no mercado de trabalho brasileiro. Porto Alegre - RS, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/fce/consequencias-imediatas-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>> Acesso em: 21 out. 2023.

IBGE. Indicadores IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2023: Mai. 2023b. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios continua/Trimestral/Fasciculos Indicadores IBGE/2023/pnadc 202301 trimestre caderno.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2023/pnadc_202301_trimestre_caderno.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2023.

IBGE. Indicadores IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil: Mai. 2021. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostr a de Domicilios continua/Trimestral/Novos Indicadores Sobre a Forca de Trabalho/pnadc 202101 trimestre novos indicadores.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. s. d. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em: 16 out. 2023a.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (Nota técnica, n. 2): Medidas de subutilização da força de trabalho. Fev. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101820.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19: novembro 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2023.

IPEA. Visão geral da conjuntura. Carta de conjuntura, n. 46, 1º trimestre, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/03/CC46\\_Vis%C3%A3o-Geral.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/03/CC46_Vis%C3%A3o-Geral.pdf)> Acesso em: 30 nov. 2023.

IPEA. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise: ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO, Brasília - DF, v. 67, p. 1-164, out. 2019. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10275/1/bmt\\_67.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10275/1/bmt_67.pdf)> Acesso em: 19 out. 2023.

IPEA. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise: ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO, Brasília - DF, v. 74, p. 1-179, out. 2022. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074\\_BOOK.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074_BOOK.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2023.

IPEA. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise: ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO, Brasília - DF, v. 75, p. 1-236, abr. 2023. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12010/46/BMT\\_75\\_Book.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12010/46/BMT_75_Book.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2023.

KERR, L. et al. COVID-19 in northeast Brazil: Achievements and limitations in the responses of the state governments. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 25, p. 4099–4120, 2020.

KON, Anita. Desemprego ou desocupação? a interpretação dos indicadores. XI Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia. 2013.

MATOS, Patrícia de Oliveira. ANÁLISE DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ELABORADOS NO BRASIL APÓS O II PND. Orientador: Prof. Pedro Carvalho de Mello. 2002 - Dissertação (Mestrado) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, p. 1-57, Piracicaba, 2002.

MILL, Alfred. Tudo o que você precisa saber sobre economia. 1. ed. São Paulo: 2017, Gente, p. 1 – 274, São Paulo – SP, Editora Gente, 2017.

NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz. Efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região Nordeste. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, p. 71-90, Piracicaba - SP, 2015.

PERONDI, E. Crise econômica e instabilidade política: cenários da ofensiva do capital contra o trabalho no Brasil. Revista de Políticas Públicas, vol. 21, núm. 2, pp. 603-621. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PERUCHETTI, Paulo; RACHTER, Laísa. Quem são os desalentados no Brasil. FGV, Uberlândia: 24 set. 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-sao-os-desalentados-no-brasil>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

PINTO, REBECA DE CAMARGO. O mercado de trabalho brasileiro na pandemia da COVID-19: impactos e políticas públicas de proteção e fomento ao emprego e à renda Uberlândia, p. 1-40, 2023.

SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. O BNDES e a questão energética e logística da região Nordeste: os desafios da integração regional. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida De; LASTRES, Helena Maria Martins; Silva, Marcelo Machado da (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 92-160

SANTIAGO, José Ricardo Gomes. Investimento em infraestrutura: uma análise do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o seu impacto no desenvolvimento. Caruaru - PE, 2015.

SILVA, N. P. ESTADO E REGIÃO: Contribuição ao Estudo da "Modernização Autoritária" do Nordeste brasileiro. Orientador: Prof. Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva. 1994. Tese de Doutorado em Economia - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS INSTITUTO DE ECONOMIA, p. 1-239, Aracaju, 1994.

TRECE, Juliana; CONSIDERA, Claudio. BREVE RETRATO ECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE. TEXTOS PARA DISCUSSÃO, FGV IBRE, v. 8, p. 1-20, 27 abr. 2023.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B.; MONTENEGRO, R. F. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. Revista de Desenvolvimento Econômico, p. 134 – 160, Salvador, 2019.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. Programas emergenciais e pandemia: impactos sobre a massa de renda e a desigualdade no Brasil a partir de um recorte macrorregional. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, n. 4, p. 445-458, set-dez/2020, Taubaté- SP, 2020a.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais. Natal - RN, ed. 004, 2020b.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964) / Rosa Maria Vieira — Santo André, SP: EdUFABC, 2019.